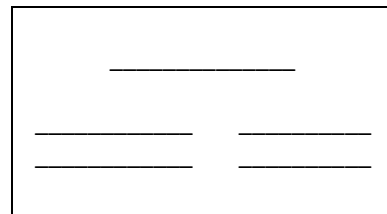




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 17/2023.

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 2/08/2023

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA

VEREADORES: JOAQUIM MARIA PINTO BENTO EM SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA PAULA MARISE CARRACHA P. BAMOND DAS NEVES

SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

LUÍS CARLOS ZORRO FERREIRA MENDES EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR ANTÓNIO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

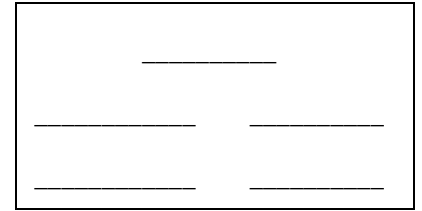
HORA DE ENCERRAMENTO: 19:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 06/10/2022

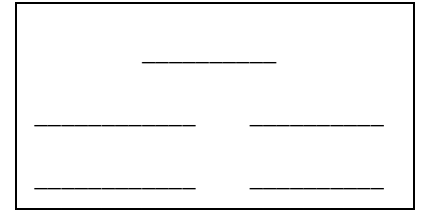
CAIXA	6.479,41 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILLO ROBERTO	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – TERESA MARIA PIRES PENETRA	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	986.979,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	229.347,01 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	789,09 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	7.536,62 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	41.635,52 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.025,36 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	329.148,74€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668.....	51.928,26 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	50.419,96 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.032,01€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.777,76 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.258.029,22 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.081.988,55€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	176.040,67 €



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, começando por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e também quem estava a acompanhar a reunião através das redes sociais. -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

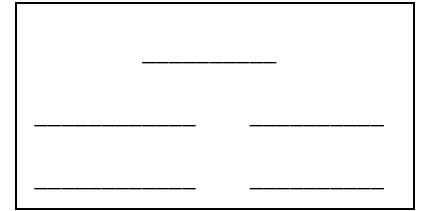
- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Informação sobre a atividade da Câmara; -----
- 3) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que aprovou o Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo – Ano Letivo 2023/2024; -----
- 4) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
- 5) Proposta de transferência de verbas para o Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo; -----
- 6) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas; -----
- 7) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral de Aguiar; -----
- 8) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense; -----
- 9) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a 2.ª prorrogação de prazo da Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil; -----
- 10) Proposta de emissão de licença especial de ruído solicitada pelo Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para um encontro de grupos no dia 5 de agosto de 2023 e de isenção de pagamento das respetivas taxas; -----
- 11) Proposta de emissão de parecer favorável sobre a constituição de compropriedade relativamente ao prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Viana do Alentejo sob o artigo 45 da secção B; ---
- 12) Proposta de emissão de licença especial de ruído solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda. para a realização de uma “festa de casamento”, no dia 12 de agosto de 2023; -
- 13) Proposta de emissão de licença especial de ruído solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda. para a realização de uma “festa de casamento”, no dia 26 de agosto de 2023; -
- 14) Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas solicitada pelo Grupo Associativo de Jovens de Aguiar para a realização da Festa de Verão – Summer Time; -----
- 15) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu licença para instalação e funcionamento de um circo ambulante ao ar livre, em Viana do Alentejo; -----
- 16) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu licença para instalação e funcionamento de um trampolim gigante e um mega “eliminator” no recinto da feira do Chocalho; -----
- 17) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu licença para instalação e funcionamento de uma pista americana e de um reboque com jogos de máquinas na feira do Chocalho;



- 18) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 6 referente à empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; -----
- 19) Proposta de extinção do procedimento de Ajuste Direto para a execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Auto Caravanismo em Viana do Alentejo; -----
- 20) Proposta de abertura de um segundo Procedimento de Ajuste Direto para a Execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Auto Caravanismo – ASA na sequência da extinção do primeiro procedimento de Ajuste Direto; -----
- 21) Proposta de aprovação do convite a enviar no âmbito do segundo Procedimento de Ajuste Direto para a execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Auto Caravanismo – ASA, em Viana do Alentejo, na sequência do primeiro procedimento ter sido extinto. -----
- 22) Proposta de extinção do Procedimento Pré-contratual de Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro) com lotação de 50 lugares, acrescida de motorista e guia, cuja aquisição será financiada por meio de contratação de locação financeira, em virtude do mesmo ter ficado deserto; -----
- 23) Proposta de abertura de novo Procedimento Pré-contratual de Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro) com lotação de 50 lugares, acrescido de motorista e guia, cuja aquisição será financiada por meio de contratação de locação financeira; -----
- 24) Proposta de abertura de conta bancária, para uso exclusivo de fundos PRR; -----
- 25) Proposta de aprovação da 23.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 26) Proposta de aprovação da 18.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
- 27) Proposta de aprovação da 12.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 28) Proposta de autorização da consolidação da situação de mobilidade interna na categoria de uma Assistente Operacional. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. ---
O Senhor Presidente da Câmara começou por pedir à Técnica Superior (Arquiteta) Maria João Pereira, do Mapa de Pessoal do Município, que fizesse um breve ponto de situação da Estratégia Local de Habitação, agradecendo desde logo a sua disponibilidade para estar presente na reunião, uma vez que se encontrava de férias. -----

A Senhora Arquiteta Maria João começou por cumprimentar os presentes, depois referiu que ia falar, mais concretamente, da implementação da Estratégia Local de Habitação. A Estratégia Local já estava concluída há algum tempo, estava no momento a tratar-se de facto, de na prática e no local, implantar e concretizar as operações previstas na Estratégia Local de Habitação. Os últimos desenvolvimentos que houve, foi ter-



se verificado a necessidade de fazer um levantamento da zona das pré-fabricadas. Este levantamento era muito importante, porque os levantamentos que existiam no município, não tinham o objetivo tão rigoroso de fazer, de facto, o levantamento das edificações todas, de tudo o que lá existia, para se poder depois concretizar então os projetos de arquitetura e especialidades relativamente àquilo que se pretendia implantar na Estratégia Local de Habitação. -----

Lembrava-se das últimas coisas realizadas e foi de facto o envio do levantamento topográfico que ocorreu em julho. Foi recente, quando se concluiu de facto, o levantamento completo e se enviou para a equipa que estava a tratar do procedimento. Entretanto foi feita uma abordagem, junto da equipa, passados cerca de 15 dias, com base no levantamento topográfico e nos elementos que, entretanto, foram juntando. Não foi esse o único elemento enviado, foram todos os elementos, entretanto reunidos, que constituíam o processo. No dia 1 chegaram então documentos, já considerando tanto o levantamento topográfico como os elementos enviados anteriormente. Era uma proposta de caderno de encargos para a contratação do projeto de arquitetura e das especialidades. Esta proposta vinha elaborada, portanto estava redigida com os pontos essenciais que a Arquiteta Maria João, não tinha ainda tido tempo de apreciar. De qualquer forma, pensou que convinha passar por uma apreciação jurídica, porque estava a falar de uma contratação que iria vincular futuramente, o Município. Portanto o passo seguinte, seria no sentido de uma abordagem jurídica, para ter a certeza que a proposta vinculativa para o Município, estava correta e da forma pretendida. -----

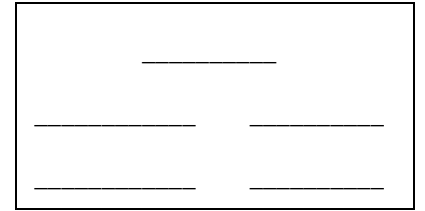
Existia também a proposta para o Bairro do Altinho, o projeto para o Bairro das Pré-fabricadas era maior, e ao começar por este projeto, depois seria mais fácil desenvolver as peças para o Altinho, que envolvia apenas quatro fogos. -----

Portanto esta era a situação no momento, para se poder a seguir trabalhar no lançamento do concurso. --

O Senhor Presidente questionou ainda, sobre o próximo passo, a seguir neste projeto. -----

A Arquiteta Maria João respondeu que o próximo passo seria de facto, como os documentos tinham chegado no dia anterior, enviar de imediato para o Gabinete Jurídico com uma data de referência, para terem resposta. Além do parecer do Gabinete Jurídico sobre o teor da proposta, era necessário verificar ainda, de acordo com o preço previsto, o custo associado a esta contratação, que tipo de procedimento pré-contratual seria necessário lançar, de que forma é que se podia proceder de acordo com o Código dos Contratos Públicos. Depois a partir daí, se estivesse tudo bem, seguir a contratação do projeto de arquitetura e das especialidades. -----

O Senhor Presidente referiu que, por saber que tinham chegado esses elementos, achou que era oportuno fazer o ponto da situação do projeto. Informou ainda que o Senhor Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Alcáçovas, tinha enviado um mail há algumas semanas, um mês no máximo, e estiveram a falar que a



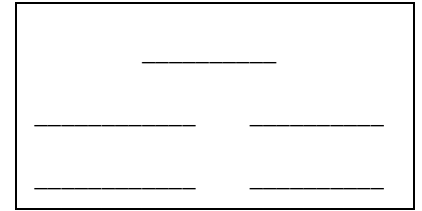
Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas não tinha capacidade de prosseguir com o projeto. Portanto a Santa Casa saiu do processo, deixou de ser parceira no projeto. -----

O Senhor Presidente não sabia se já tinha falado neste assunto, mas queria transmitir esta informação. Não sabia se ia ter influência no projeto, teria que se ver depois, a situação. A Santa Casa disse não ter capacidade económica para acompanhar o projeto. -----

A Arquiteta Maria João informou ainda, que o processo tinha o enquadramento jurídico de um determinado diploma, que, entretanto, foi sofrendo uma série de alterações, muitas alterações mesmo. Era necessário verificar, concretamente, se algumas das opções da estratégia não tivessem a possibilidade de avançar, pelo menos de momento, de que forma é que isso depois seria articulado. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes que começou por cumprimentar o Senhor Presidente, o Senhor Vereador as Senhoras Vereadoras, os técnicos que ajudaram à realização da reunião e quem depois assistiria à gravação. Este era um tema que traziam para fazer um ponto de situação. Tinham tido de facto, a nota que decorria o levantamento topográfico, portanto seria interessante saber o ponto de situação. Como a Senhora Arquiteta falou do envio para o Gabinete Jurídico com uma data para a emissão de um parecer, gostava de saber qual seria o prazo estimado para este enquadramento do Gabinete Jurídico. Depois perante a informação do Senhor Presidente que agradeceu, queria perceber qual era, então, o total de fogos no momento, a afetar à Estratégia Local de Habitação. Havia o grosso do projeto no Bairro das Pré-Fabricadas de Aguiar, a parte do Altinho, havia alguns fogos para situações que pensava serem de violência doméstica, uma situação ligada ou relacionada com o pacto social. Não sabia se era aí que entrava, provavelmente a Santa Casa. Era só a Santa Casa de Alcáçovas. Queria só perceber se a Senhora Arquiteta ficou com a noção de quantos fogos iam ficar afetos à Estratégia Local. -----

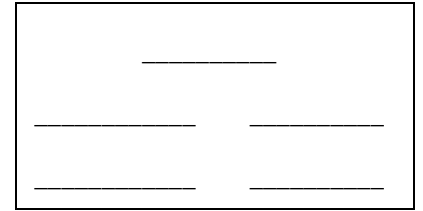
A Senhora Arquiteta Maria João respondeu que relativamente ao Gabinete Jurídico achava melhor proporem uma data para terem uma orientação. Depois de obter a resposta, podia então, preparar tudo o que estava ligado ao projeto para não parar. Quando houvesse uma data combinada com o Gabinete Jurídico, porque eles também teriam de ver o documento e certamente não sabiam dizer logo à partida, qual a previsão do prazo para apreciação. Não seria certamente, a primeira análise de um caderno de encargos, portanto convinha ter uma noção, mais ou menos aproximada da data. Relativamente ao número de fogos, a Estratégia Local de Habitação foi um documento estratégico, com o objetivo de fazer efetivamente um levantamento à data da sua produção, das carências habitacionais. Estava a falar relativamente às famílias que tinham mais dificuldades em aceder a outro tipo de habitações. Relativamente ao Bairro das Casas Pré-Fabricadas de Aguiar eram 22 fogos. Destes 22 fogos, à data em que se fez o levantamento, sabia-se que alguns não estavam a ser utilizados. A Estratégia Local de Habitação foi feita com base num Decreto-Lei que permite que as habitações não sejam só para agregados unifamiliares, podem-se destinar a outras situações de carência habitacional, como por exemplo as vítimas



de violência doméstica. Portanto, a previsão é que um dos fogos do bairro de Aguiar fosse de facto afeto a essa função. Relativamente ao Bairro do Altinho eram 4 fogos, enquanto que no Bairro das Pré-Fabricadas se incluíam, praticamente todos os fogos. No Bairro do Altinho os 4 quatro fogos, a ser reabilitados eram dispersos, não estavam exatamente juntos. Eram reabilitações um pouco mais ligeiras porque não estava a falar das mesmas características do bairro das Pré-Fabricadas de Aguiar. Com o apoio do Grupo de Intervenção Social Integrado identificaram 4 fogos para famílias que poderiam enquadrar-se na Estratégia Local de Habitação de Viana do Alentejo, àquela data. Não queria dizer que, entretanto, não existiam outras famílias, outros fogos, que pudessem vir a ser integrados. Portanto um dos pressupostos iniciais de uma Estratégia Local de Habitação é poder ser um documento com algum dinamismo. Não tem que ser uma carta fechada àquela data. Ficou assim identificado, de acordo com o Decreto-Lei, dentro daquelas características, portanto, foi o documento realizado na altura, mais 4 fogos de particulares, de proprietários que seriam candidaturas individualizadas. Para além disso realizaram-se reuniões, em que foram convidadas a participar as chamadas entidades do terceiro setor, ou seja, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e outras entidades, incluindo as Cooperativas (por exemplo) que pudessem participar. Foram contactadas todas as entidades conhecidas, na área do concelho, foi transmitida a estratégia, o que se estava a pretender fazer, e a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas foi a única entidade que na altura, manifestou interesse, identificou alguns fogos que poderia efetivamente candidatar, sendo proprietária. Foi integrada na Estratégia Local de Habitação, era mais uma das entidades que tinha também fogos que poderia candidatar, estavam em condições para isso, iriam privilegiar algumas famílias, tendo em conta que eram habitações que de facto podiam ser reabilitadas. O nível de reabilitação depende do estado de cada edifício. O número de fogos da Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas era nove. -----

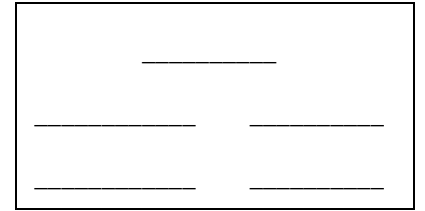
O Senhor Presidente agradeceu à Arquiteta Maria João por ter interrompido as suas férias, desejando-lhe boa continuação. -----

Antes de passar a palavra aos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente acrescentou ainda alguns apontamentos. O primeiro apontamento foi sobre a Feira de Alcáçovas, que correu bem: tiveram mais expositores, os bares e os restaurantes tiveram muito movimento, os espetáculos tiveram uma boa aceitação por parte das pessoas e também tiveram um bom feedback da parte da agropecuária, na qual fizeram uma pequena alteração. No fundo a alteração não foi significativa, a não ser o formato da tenda e as dimensões. Já há algum tempo que havia pessoas a dizer que também gostariam de poder participar, por isso pensaram aumentar um bocado, pois gostariam, de facto, que fosse mais uma vertente da feira que tem tudo a ver com animais, com chocalhos, enquadrou-se muito bem. Também essa parte correu razoavelmente bem, até se pode dizer que correu bem. Portanto o saldo final da feira das Alcáçovas foi favorável. -----



O Senhor Presidente voltou a fazer um apelo a quem estava a acompanhar a reunião, por causa dos monos domésticos que as pessoas têm deixado ao lado dos caixotes do lixo. São os monos e os verdes. Tem sido muito mau, têm feito apelos, já puseram, inclusive, algumas tabuletas a dizer que é proibido deitar ali o lixo, deitar os monos, mas há pessoas que têm estado a insistir e continuam a fazer o mesmo. No dia anterior, um dos trabalhadores tinha-lhe dito que naquela zona ao pé da estrada de Portel, ao pé do cemitério, estava a ser um descalabro completo, tinham deixado de pôr ao lado, começaram a pôr atrás. Tem sido muito aborrecido, muito desagradável, têm às vezes o centro da Vila de Viana (isto tem-se passado mais em Viana) completamente cheio de monos domésticos, o que é de facto, muito mau em todos os aspetos. Um aspeto que também é muito desagradável, é o sacrifício que os trabalhadores do Município fazem para recolher esses monos. Eles queixam-se e com muita razão, porque aquilo dá muito trabalho e muitas vezes são coisas muito pesadas, muito difíceis de transportar. Portanto mais uma vez deixou o apelo. O ecocentro está aberto todos os dias, também está aberto aos sábados à tarde e aos domingos à tarde para quem tem o fim-de-semana, ter oportunidade de fazer as limpezas nos quintais durante a manhã, e se quiserem da parte da tarde podem depositar no ecocentro. Também é possível fazer as recolhas como toda a gente sabe. Se as pessoas telefonarem para a Câmara, combinam o dia, combinam o horário, e os trabalhadores vão recolher à casa das pessoas. Portanto deixou o apelo, a quem estava a seguir a reunião, para se virem alguém a deitar monos ou verdes no lixo, sensibilizarem as pessoas que isso não está bem feito. Obviamente que as pessoas não são polícias de ninguém, mas fazer uma sensibilização aos outros fica bem, porque todos ficam mal na imagem, quando há monos nas ruas. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que se tem falado muito do CED – Captura, Esterilização e Devolução de animais, têm dito que acabaram com o programa. Não acabaram, nem vão acabar com esse programa. Tiveram algumas dificuldades, com a contratação de um veterinário, o que veio de facto dificultar um pouco essa questão. No momento tinham uma situação provisória com um veterinário. Quem quisesse, quem tivesse gatos para esterilizar ou quem tivesse outros problemas, enquadráveis dentro do programa, pois como todos sabiam o programa não é para toda a gente, é para as pessoas que têm mais necessidade. Mas quem tivesse essa necessidade e quem quisesse, o Dr. Ilídio Panóias veterinário em Alcáçovas, estava disponível para continuar o programa. Também nesta área, o Município fez uma candidatura para a construção de um CRO – Centro de Recolha Oficial, que tem evoluído com algumas dificuldades, a nível dos empreiteiros e na parte de execução. O projeto estava praticamente concluído, ainda não estava mesmo concluído, por causa da situação relativa à contratação de uma veterinária, cujo contrato acabou por ter de se anular. O Senhor Presidente queria finalizar o projeto com a opinião de um veterinário, por não ter conhecimentos suficientes para terminar um processo daqueles, sem a opinião de técnicos. Falou sobre o assunto com toda a ligeireza, porque tinha falado com muita gente ligada a animais e havia quem defendesse de facto o CRO, quem defendesse que os gatinhos deviam continuar na rua e havia muitas

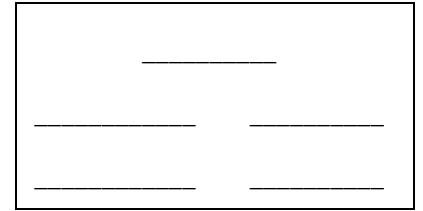


opiniões diversas. Havia quem defendesse que o CRO não devia ter compartimentos, devia ter só uma área grande, havia quem dissesse que uma área grande devia ser dividida em quatro: para os gatos de um lado; gatas do outro; gatas com uma doença; gatos com outra doença. Portanto havia grande divergência de opiniões. Era uma área complicada, não se ia conseguir agradar a toda a gente, mas iam continuar a tentar fazer o melhor possível. -----

O Senhor Presidente informou ainda, que por opção do executivo, por uma questão de gestão interna, tomaram a decisão de alterar a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos (DGR). De qualquer das maneiras, referiu que não ia dar mais informações sobre este assunto, uma vez que estava a decorrer o prazo de audiência prévia. Portanto, depois de terminar o prazo de audiência prévia, o Senhor Presidente referiu estar então disponível para todas as perguntas, para todas as questões, para falar o que for necessário. Enquanto decorria o prazo de audiência prévia, o Senhor Presidente preferia não se pronunciar sobre o assunto. -----

Em relação à Empreitada da Área de Serviço de Autocaravanas, mais uma vez tiveram um problema com esta empreitada. Da primeira vez, o concurso ficou deserto, depois houve negociação com uma empresa, parecendo que o processo estava pronto a arrancar. Quando verificaram os documentos recebidos, constatou-se que havia um erro da parte do empreiteiro e havia 35,00 € (trinta e cinco euros) a mais, na proposta apresentada, o que invalidou e impossibilitou completamente a continuação do concurso, que mais uma vez teve que cair. Portanto, como foi possível verificar na ordem de trabalhos, já se providenciou a abertura de outro procedimento, uma vez que foi muito difícil arranjar o empreiteiro. Foi necessário evitar que o empreiteiro desistisse, porque tinham prazos a cumprir. Embora lhes pudessem estar a deixar estender um pouco o prazo, no entanto o incumprimento dos prazos podia dificultar a execução da obra. Para finalizar as informações, o Senhor Presidente acrescentou ainda, que a Empreitada de Requalificação da EBSIS tem decorrido dentro da normalidade, tinha estado há poucos dias com o Engenheiro responsável da empresa, já tinha praticamente, os valores todos dos trabalhos que tem sido necessário fazer a mais, que não estavam previstos, que andam à volta dos 450 000,00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros). Ainda era necessário um Posto de Transformação (PT) novo, pois a carga a incidir sobre a nova escola era muito grande, em termos de capacidade, o PT existente não aguentava. Portanto, havia uma previsão no momento, não eram valores finais, mas havia uma previsão de mais 550 000,00 € (quinhentos e cinquenta mil euros). Em termos de prazos o Engenheiro não colocou nenhuma questão, pelo que o Senhor Presidente achou que têm cumprido os objetivos propostos. -----

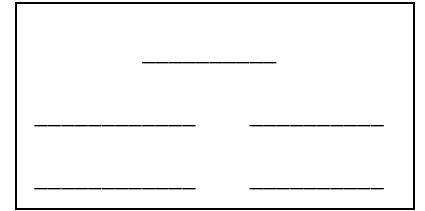
Seguiu-se a intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou, que começou por cumprimentar todos as pessoas presentes e quem estava a assistir através das redes sociais. A Senhora Vereadora Sara Grou começou por aproveitar algumas das situações que o Senhor Presidente falou, para colocar algumas questões, ainda que não estivessem previstas. Relativamente à situação do veterinário, questionou se



continuavam com a tentativa de fazer um contrato de avença com um veterinário, ou se já se pretendia contratar mesmo um veterinário por tempo indeterminado, dado que em caso de se avançar com o CRO, isso seria uma mais valia, era fundamental. Relativamente à Feira do Chocalho, a Senhora Vereadora não esteve presente porque estava de férias, achou que não houve muitas fotografias do evento, foi tentando acompanhar, foi vendo algumas coisas do que apareceu, e foi acompanhando. Do que viu pareceu-lhe que realmente as coisas correram bem e houve uma coisa que teve que destacar, porque ficou muito feliz, que foi o facto de ter aparecido um novo chocalheiro em Alcáçovas a fazer exposição. Portanto deixou os parabéns ao Rui Picavel porque foi um miúdo, tratou-o assim, porque para a Senhora Vereadora, os jovens continuavam a ser uns miúdos, foi um miúdo empreendedor que teve a força e a coragem de ir para a frente. Houve um dia em que o Rui foi ter com a Senhora Vereadora Sara Grou, que lhe disse para não desistir, seguir em frente, ir ter com o Centro de Emprego e avançar, porque ele sabia que era um artista e assim foi. Realmente, a Senhora Vereadora teve pena de não estar presente, mas viu as fotografias que postaram e gostou de ver aquela cara de alegria, só por isso achou que valeu a pena. Portanto felicitou a coragem do Rui e também da mãe, que tem sido uma mãe coragem. Já tinham mais um chocalheiro. Portanto, se calhar, já tinham uma forma de “a Arte Chocalheira” não se extinguir. -----

Relativamente à Feira do Chocalho, a única coisa que a Senhora Vereadora Sara Grou ouviu, porque não esteve lá, não era possível avaliar, foi lá posteriormente, porque só foi desmontado durante a semana que estava a decorrer e não gostava de falar sem primeiro avaliar. Foi realmente, um facto que este ano os restaurantes não tinham tendas, tinham os panos de sombra. As pessoas queixaram-se da altura dos panos de sombra. Provavelmente, o Senhor Presidente teve a mesma opinião que a Senhora Vereadora, os panos de sombra chegavam a uma altura em que não faziam sombra, e quando havia vento, entrava por ali o vento quente. Realmente estavam muito altos, a Senhora Vereadora foi avaliar no local e verificou que estavam altos. Quem fez a montagem, também poderia ter visto que aquilo era para pessoas ali comerem por baixo, mas o que realmente confirmou foi que aquilo não estava em condições. Se calhar o Senhor Presidente viu a mesma coisa. Portanto, não valia a pena prolongar mais o assunto, porque estava visto. -

A Senhora Vereadora também ficou surpreendida com a notícia sobre a situação da Chefe da Divisão de Gestão de Recursos; 35 anos em Comissão de Serviço, lamentou o facto, deixou a referência a uma funcionária competente, com grande grau de profissionalismo, voltou a dizer que lamentava, mas ficava na expectativa de vir a ter alguma justificação do executivo em permanência. No entanto mais uma vez reiterou que as Vereadoras do Partido Socialista lamentavam esta situação, até porque foi referido pela CDU, durante a campanha das eleições autárquicas, que queriam uma gestão de proximidade com os funcionários e toda uma comunicação entre equipas. Ficou na expectativa de que as coisas ainda viessem a correr pelo melhor e dado que estava a decorrer o prazo de audiência prévia iria aguardar pelos próximos acontecimentos. -----



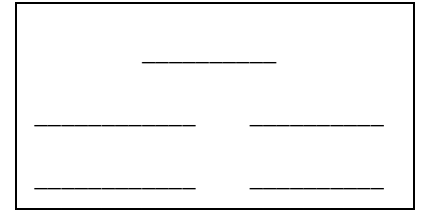
Outra das situações que a Senhora Vereadora trazia, era relativamente à CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que já estava a desenvolver o plano de ação para o próximo Quadro Comunitário de Apoio 20/30. Gostaria de saber, quais os projetos que o Município de Viana do Alentejo ia candidatar a financiamento. A Senhora Vereadora Sara Grou referiu que era importante, porque como todos sabiam, se não houvesse projetos financiados, dificilmente os Municípios teriam possibilidade de executar algumas obras. -----

Outra das situações que trazia, era sobre o ponto de situação, no que diz respeito à Feira d’Aires , porque é um dos maiores eventos do concelho. Queria saber se já se estavam a trabalhar no programa, tanto no programa cultural como no aluguer de tendas e outras questões de logística. A semana que antecede a feira, que se costuma chamar “Viana em Festa”, queria saber se ia ou não continuar a existir. -

O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Sara Grou, que a semana cultural “Viana em Festa” se mantinha exatamente nos mesmos moldes este ano. Não tinha a certeza, porque não se lembrava bem, mas julgava que se ia iniciar no domingo anterior, com a prova de atletismo a dar o início a essa semana. Por acaso já tinha o cartaz em cima da mesa, mas não tinha a certeza. O programa da feira só não ficou fechado no dia anterior, porque tinham-lhes dito que um dos artistas ia às festas de Alvito, que é aproximadamente 15 ou 20 dias antes da feira. Até já o tinham confirmado com o agente, mas se fosse essa a situação, teriam que alterar o artista, porque não fazia grande sentido vir o mesmo artista ao fim de tão pouco tempo. No entanto, tinha sido confirmado no dia anterior, que de facto não era o mesmo artista que ia a Alvito, ao vivo, e como a população gosta muito desse artista, já foi dada indicação para avançar com a contratação. O Senhor Presidente, depois daria conhecimento aos Senhores Vereadores e às Senhoras Vereadoras, do programa da Feira. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou referiu que no momento, o que a preocupava mais, era mesmo a parte das tendas, porque os preços estavam excessivamente elevados, uma loucura e as soluções não eram fáceis. Isso era o mais preocupante, mais que os artistas. Havia muitos, claro que se tinha de escolher alguns que trouxessem pessoas à feira, era o que se queria. Mas a montagem da feira era muito preocupante. A Senhora Vereadora Sara Grou tinha estado a falar com outras pessoas que estavam a organizar festas maiores e que estavam também com dificuldades. -----

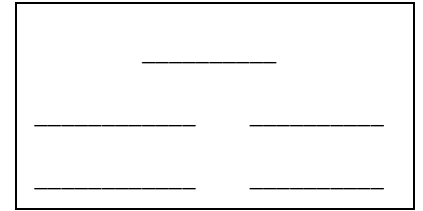
O Senhor Presidente respondeu que mesmo a nível dos artistas se tinham verificado grandes dificuldades. Os artistas estavam todos ocupadíssimos, se de facto sofreram muito com a questão do COVID e não tiveram trabalho; na altura tinham trabalho que não eram capazes de dar a conta. De qualquer modo, sobre as tendas, também já tinham o processo no Setor de Aprovisionamento para fazerem aquela primeira consulta prévia, a fim de saberem os valores em causa, para depois se perceber que tipo de concurso era necessário fazer. À partida calculavam que tinha de ser um concurso público, mas tinha que



se fazer primeiro, essa consulta prévia, para terem a noção dos valores. Parecia que sendo um problema, e sem dúvida que o era, parecia haver mais empresas, no momento, interessadas do que nos anos anteriores. -----

Relativamente à questão da CIMAC, do Programa 20/30, o Senhor Presidente tinha participado em várias reuniões, uma das quais, havia relativamente pouco tempo, onde apanhou uma desilusão muito grande: os projetos que iam candidatar, depois ia fazer chegar essa informação aos vereadores via mail, mas foi uma desilusão muito grande, porque mantiveram todos os projetos que havia do anterior executivo, e colocaram mais alguns que faziam parte do programa eleitoral. Aconteceu que tinham uma módica quantia de projetos à volta dos 27 000 000,00 € (vinte e sete milhões de euros) mais ou menos, para o Programa 20/30, podia parecer muito, mas estava a falar de um período de cerca de dez anos, embora não chegasse a tanto. Quando lá chegou, foi confrontado com 2 800 000,00 € (dois milhões e oitocentos mil euros). Portanto dos 27 milhões, aproximadamente, foram atribuídos ao Município de Viana do Alentejo 2 800 000,00 €. Portanto, a seguir foi preciso, para enquadrar os projetos, deixar cair alguns. Tentou-se não deixar cair quase nada, optou-se por baixar um pouco os projetos, mas ficarem à mesma em aberto, com valores inferiores. Se os projetos estivessem em aberto, havia possibilidades de, tal como estava a acontecer, haver uma injeção de capital. Há sempre câmaras que não concretizam, que desistem, outras que fazem por preços mais baixos, e em vez de deixar cair projetos importantes, optou-se por diminuir o valor que se tinha pensado do investimento a fazer, nos projetos que seriam prioritários. O Senhor Presidente ficou de enviar por mail para os Vereadores, o GADE (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico) tinha toda a documentação, para enviar às Senhoras Vereadoras e aos Senhores Vereadores. Nas reuniões da CIMAC, foi ainda dito, que a negociação dos financiamentos não estava fechada, no entanto, as verbas a atribuir à CIMAC começaram por ser 120 000 000,00 € (cento e vinte milhões de euros), depois passou para 95 000 000,00 € (noventa e cinco milhões de euros) e ficaram em cerca de 92 000 000,00 € (noventa e dois milhões de euros) ou 94 000 000,00 € (noventa e quatro milhões de euros), portanto, não estando fechado, o valor não iria com certeza subir. O Senhor Presidente quando chegou da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), apanhou uma desilusão, a CIMAC não estava ali contra os Municípios, a CIMAC estava a defender os Municípios, não faziam mais porque não podiam. O Senhor Presidente acrescentou ainda que este valor é atribuído a cada Município, consoante a percentagem que cada município tem na CIMAC. Obviamente que Évora teria uma quantia muito maior que os 2 800 000,00 € do Município de Viana do Alentejo. Ao mesmo tempo, os Municípios não podem baixar os braços, têm que pensar positivo e pensar positivo é: tudo o que for turismo, pedir à Região de Turismo; tudo o que for Saúde pedir ao governo; e procurar outras fontes de financiamento. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou questionou se no que diz respeito à regeneração urbana não seria necessário recorrer, realmente à CIMAC. Se a parte da regeneração urbana do Município, iria cair por terra?



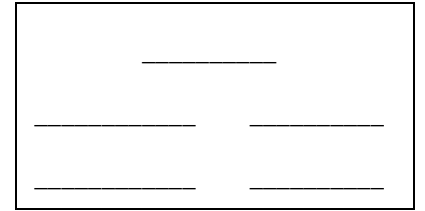
Aí é que o Município podia ficar mais prejudicado. São projetos que realmente iriam melhorar muito a qualidade de vida a nível do concelho, na freguesia de Aguiar ainda não se começou, na freguesia de Alcáçovas, fez-se a primeira fase. Portanto, na área da regeneração urbana poderia ser um problema. ----

O Senhor Presidente respondeu que dentro dessa má notícia, havia ainda, uma boa notícia. O facto de haver uma aposta grande na água, valores especificamente direcionados para a água. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou respondeu que de qualquer maneira faltava o resto. -----

O Senhor Presidente referiu que embora não se contentando com pouco, pelo menos era uma boa notícia o facto de haver essa aposta. -----

Em relação à feira, o Senhor Presidente referiu que não tinha palavras para descrever o que viveu na altura, porque que foi um bocado mau que passou, quando lhe mandaram as fotografias, um dia antes e disse que não podia ficar assim. Telefonou mesmo para o dono da empresa, e disse que aquilo não podia ficar assim de forma nenhuma. O Senhor Presidente ainda estava de férias, mas o dono da empresa disse que lhe ia telefonar nesse dia à noite. Na quinta-feira exatamente. Ele já não ligou na quinta-feira, voltou a ligar na sexta-feira logo de manhã, indicando que ficasse descansado, que quando chegasse à feira, estava tudo corrigido. A empresa é de Guimarães, não compensava vir a Viana corrigir o trabalho, mas tinha dois homens em Évora a comprar materiais, para corrigir aquilo. Quando chegou à feira, viu o mesmo que toda a gente, aquilo não tinha palavras, para descrever. Tentou perceber no fundo, que materiais estavam a comprar em Évora. Estavam a comprar aquelas lonas que lá colocaram, porque o objetivo era ser mais baixo e ser tecido colorido e ondulado. era o que ficava ali bem e era o que dava resultado. Porque com aquela parte ondulada fazia circulação do ar e evitava o sol. Era esse o objetivo. Quando lá chegou esteve ali um bocado mal. O senhor ficou de lhe ligar e não ligou. Ficou um bocado descontrolado com aquela situação, porque não foi nada daquilo que contrataram. Eles anteriormente tinham estado a colocar uns panos que assim que começavam a esticar, chegavam ao meio e ficavam rasgados, muito fininhos. Aquilo foi um desastre completo. Sem dúvida nenhuma que é uma experiência para se repetir, porque fica muito mais arejado, fica amplo, fica bonito e prático, mas de facto com seis metros de altura não. No máximo dos máximos 4 metros ou 3,5 metros era o ideal. Até ao momento o Senhor Presidente ainda aguardava o telefonema do dono da empresa, entretanto, já tinham desmontado tudo, mas ainda não tinham recebido. Tal como já tinha acontecido noutras situações, as pessoas não prestaram um bom serviço, pelo que tinha de haver uma negociação; o serviço não foi aquilo que se comprometeram com o Município, então o Senhor Presidente estava à espera que o senhor lhe ligasse porque ele sabia, já tinha recebido essa informação que tinham de falar os dois para tentar chegar a um acordo, porque de facto foi uma asneira grande e foi mesmo asneira da empresa, porque aquilo não era o que estava contratado, aquilo não foram os trabalhadores do Município que fizeram. O trabalho da parte dos trabalhadores do Município na feira,

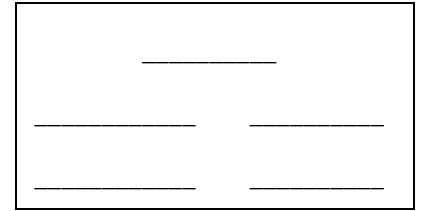


estava 5 estrelas, uma feira bonita, bem limpinha, estava impecável. Aquela parte da empresa correu mal sem dúvida nenhuma.

Em relação ao veterinário, o Senhor Presidente referiu que a situação existente no momento era provisória, era um contrato de prestação de serviço. Tendo o mapa de pessoal já aprovado, estava prevista a abertura do concurso. Não sendo possível abrir todos os concursos, teria que ser a pouco e pouco, mas pretendiam abrir esse concurso, até porque a câmara necessitava ter um veterinário diariamente. Nas trocas de impressões que já atrás tinha referido, quando falou da candidatura à construção do CRO, uma das opiniões que lhe transmitiram, foi a necessidade de haver um veterinário, no Município, que entre outras coisas no âmbito do CRO, fizesse também a divulgação da adoção de animais, para não se acumularem tantos animais. O Senhor Presidente esteve a falar com alguém que tinha conhecimentos nessa área, e diz que o CRO em Lisboa tem no máximo dos máximos 200 animais, na zona de Lisboa! Portanto, o projeto de Viana do Alentejo contemplava aproximadamente 200 animais, mas não podia funcionar com 200 animais. Seria uma despesa imensa. Seria uma trabalhadeira imensa. Portanto, era necessário que houvesse um bom trabalho de divulgação para adoção. Ainda no dia anterior, o Sr. Presidente tinha falado com um veterinário que lhe disse que havia aceitação. Mas que tinha de haver divulgação, nomeadamente através da utilização do Facebook, para espalhar, para divulgar, para haver contactos. Depois, se fosse necessário fazer as entregas dos animais, faziam-se. Muitas vezes as pessoas gostavam de os ir buscar, porque gostavam de escolher. Mas havia pessoas que viam as fotografias e escolhiam o animal que queriam. Tinha que haver de facto a divulgação. Sem divulgação não se conseguia. -----

Seguiu-se a intervenção da Vereadora Rita Rafael que começou por cumprimentar todos os presentes. A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu que teve a oportunidade de verificar o programa do Summer e uma situação que saltou à vista, porque ocorreu sempre em anos anteriores, foi não estar previsto o acampamento final. A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu que têm sido abordados por alguns pais, para saber o porquê deste ano não ter havido acampamento final. Esta era uma das questões que queria colocar. A outra questão era saber qual a razão pela qual a verba atribuída para a realização do Summer Spot ter sido reduzida de aproximadamente 5 000,00 € (cinco mil euros) para 3 500,00 € (três mil e quinhentos euros). -----

O Senhor Presidente referiu que não podia responder à questão do acampamento por não estar a par desse assunto que não era da sua área. No entanto, se algum dos técnicos estivesse a ouvir ou a ver podia fazer esse esclarecimento. Em relação à verba, a questão era muito simples: fizeram um compromisso de poupar dinheiro. Se estavam a cortar nos espetáculos promovidos pelo Município, também tiveram de cortar nos apoios. Sem dúvida nenhuma toda a gente sabia que a situação, era o dinheiro estar reduzido, a verba estar reduzida, por isso tinham que cortar um bocadinho a cada um, se estavam a cortar nos eventos do Município e tinham cortado bastante. Apesar de, mesmo cortando, não estarem a conseguir



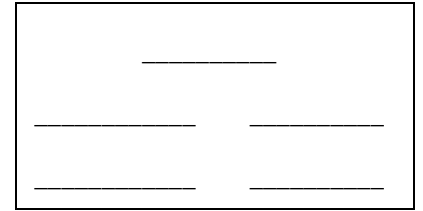
chegar aos objetivos, porque as coisas estavam muito mais caras. Isso mesmo as coisas estavam muito mais caras e por vezes no final de uma feira ou do evento acabavam por gastar quase o mesmo dinheiro e reduziam coisas. Foi o caso da feira de Alcáçovas, foi uma das questões, reduziram na tenda, mas foram ver no final, o valor da feira das Alcáçovas, não devia andar muito longe do valor do ano anterior. Mas tinham estado de facto a cortar em praticamente tudo o que podiam e conseguiram cortar. Deram também outro tipo de ajudas, deram ajudas no som, portanto não se pode resumir o apoio aos 3 500,00€ (três mil e quinhentos euros), porque foi muito mais, houve outras ajudas, por exemplo as tendas, aquelas tendazinhas que tinham lá dentro, foi o Município que forneceu, já não tiveram que as pagar, houve várias outras coisas que também facilitaram e acabaram por compensar. Saiu mais barato à Câmara, também contaram com a mão de obra dos trabalhadores ou outras coisas que a Câmara tinha e acabou por compensar. O Senhor Presidente ficou com a impressão que correu bem também para eles, achou que não sentiram a falta do dinheiro, talvez tenham necessitado de contratar um artista um bocadinho mais barato. Mas isso, o Município também o fez. -----A

Senhora Vereadora Sara Grou acrescentou que o “Summer Spot” era uma mais valia para a feira de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente concordou que isso era inquestionável, acabava por ser a feira dos jovens. Não lhe passou, de forma nenhuma, pela cabeça, a ideia de terminar com o evento. Não baixaram as participações para acabar. Baixaram devido à situação do momento. Se amanhã tivessem uma situação melhor, obviamente que acompanhavam também. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente pediu à Dr.ª Helena Torrão que esclarecesse porque é que não tinha havido acampamento final no Summer. -----

A Dr.ª Helena Torrão esclareceu que a questão do acampamento final, prendia-se com o que aconteceu no ano anterior. No ano anterior, efetivamente houve acampamento, a meio da noite começou a chover, estava um frio tremendo. Para além de muitos dos pequeninos estarem a dormir dentro da tenda, estava frio. A meio da noite começou a chover, tiveram que decidir não ficar no meio da Quinta da Joana, a chover e decidiram ir para dentro do pavilhão. A maior parte deles, já estava tudo cansado, espalharam-se pelo pavilhão dormiram, a coisa acalmou. De manhã, como é natural deram o pequeno almoço e cada um foi às suas. A maior parte das pessoas que de momento têm feito o Summer, já viveu vários acampamentos. Salvo algumas poucas, não são muito a favor que se faça o acampamento. É claro que os miúdos gostam do acampamento. É uma noite que passam fora, é uma noite diferente. Mas, mesmo que durmam a noite inteira, mesmo que só brinquem até uma certa hora, eles gostam. A verdade é que depois também há vários fatores a conjugar. Algumas das trabalhadoras que fazem a noite estão a fazer horas a mais. Para lá estarem, elas já estão a fazer horas a mais. Quando vão integrar a escola, essas trabalhadoras já têm que as ter gozadas, porque quando integram, a 1 de setembro, a escola já não podem ter horas para compensar



porque não têm forma de as gozar. Outra questão é que se ficam, é uma noite inteira. São muitas crianças, então o que foi proposto, foi efetivamente fazer, na Quinta da Joana, um jantar partilhado, uma festa em que cada grupo de Summer apresentasse uma coreografia, um espetáculo. Em princípio tinham pensado num espetáculo de magia que ainda estavam a tentar ver com uma empresa. Depois, pensaram também em fazer uma parte de discoteca e karaoke, que eles também gostam. Não seria para passar a noite, porque a verdade é esta, eles gostam, no outro dia de manhã, quando os pais os vão buscar, eles vão dormir um dia inteiro, porque é uma noite complicada para eles e para quem lá fica com eles. Não foi uma decisão tomada de ânimo leve, mas aquela parte da festa, sem hora para terminar, em que se faz questão que eles tenham uma parte de discoteca, para se sentirem grandes, para se divertirem, para estarem a conviver todos juntos; optaram este ano por fazer assim. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou referiu que teve uma experiência muito boa. Como se sabe a Junta de Freguesia de Alcáçovas tinha a responsabilidade do Summer nas Alcáçovas. Juntavam os grupos, cada um tinha a sua coreografia, faziam tudo, inclusivamente as dormidas. Houve um ano em que fizeram a festa da espuma, foi giríssimo, mas deu muito trabalho. -----

A Dr.ª Helena referiu ainda, que no ano anterior as trabalhadoras, que estiveram no Summer, a seguir tiveram três dias, para ver se conseguiam compensar as horas que tinham feito a mais. Efetivamente, durante o Summer, algumas trabalhadoras fazem muitas horas a mais, que depois é necessário compensar de alguma maneira. Não é fácil, porque quando começam as aulas a 1 de setembro, o Agrupamento precisa que as trabalhadoras tenham as horas compensadas, para começarem a fazer o seu horário de trabalho normal. -----

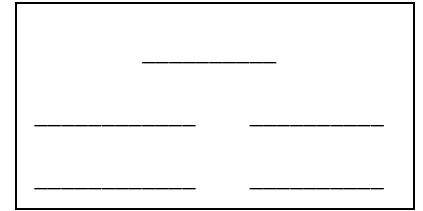
O Senhor Presidente mencionou ainda outra questão, no ano anterior foi muito mais fácil de controlar, porque algumas trabalhadoras tinham iniciado funções no Município há pouco tempo, conseqüentemente não tinham ainda, direito a gozar férias. Este ano houve mais dificuldade, porque foi necessário coordenar as férias, já que as trabalhadoras adquiriram, entretanto, o direito a gozá-las. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou referiu ainda que na altura em que a Junta de Freguesia de Alcáçovas era responsável pelo Summer nas Alcáçovas, tinham essa responsabilidade, mas era muito diferente porque partilhavam com a Câmara os equipamentos, a Câmara cedia os técnicos para algumas atividades, o Luís Branco, o Pedro Amaro. Era muito diferente, atualmente caía tudo em cima do Município. -----

A Dr.ª Helena Torrão referiu ainda, que também tiveram durante o mês de julho as Atividades Extracurriculares a funcionar para o pré-escolar, o que implicou mais recursos humanos. Felizmente correu muito bem, nas três freguesias, mas o feedback que teve dos pais de Alcáçovas foi muito bom. -----

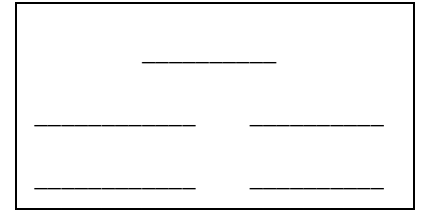
Não havendo mais questões a colocar, a Dr.ª Helena Torrão retirou-se. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou felicitou ainda a Ana Raquel Paulos pois sabia que já tinha iniciado funções e desejou que tenha entrado com o pé direito na sua avença. -----



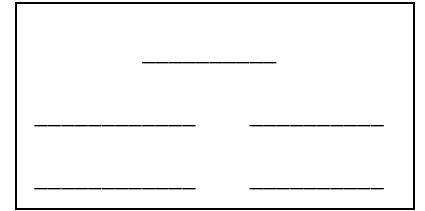
O Senhor Presidente respondeu que esperava que sim, pois era uma boa profissional. Entretanto passou a palavra ao Senhor Vereador Luís Mendes. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes começou por referir que trazia alguns pontos e depois ia voltar ao tema que ficou pendurado na intervenção do Senhor Presidente. Em relação à Feira do Chocalho obviamente que felicitou a organização, não houve de facto, incidentes de maior, para além da questão da zona da restauração, que levantou algumas preocupações, mas ainda assim teve que identificar, para melhorar algumas lacunas e percebendo que o esforço financeiro tem sido de reduzir, houve um sentimento que foi partilhado por muita gente, em relação ao programa que ficou aquém do que era esperado. Para além do mais, também não se notou, nenhuma lufada de ar fresco, não havia nenhuma novidade no principal motor daquela que é a Feira do Chocalho. Felicitou com muita efusão o Rui Picavel, porque é merecedor dessa felicitação, que também lutou muito para chegar e cumprir o seu sonho. Foi bater a muitas portas, alguns deram-lhe a mão, e por isso felicitou todas as entidades que possibilitaram que ele iniciasse a sua oficina, mas quanto ao resto, houve aquela demonstração noturna com cavalos, foi interessante, mas ficou por ali. Houve a parte da agropecuária, mas em torno do chocalho, do património chocalheiro, que é ao fim e ao cabo, a marca identitária ou que pelo menos é o que dá o nome àquela feira, aquilo não é uma feira franca com artistas e baile. Tem um motor e deve-se notar esse motor. Quanto a isso passou mais um ano, e ficou-se mais uma vez aquém de dar um impulso ao chocalho e à notoriedade que ele merece. Depois também, embora não sendo responsabilidade da Câmara, de notar a ausência da tourada, que é uma componente da Associação Equestre, que de facto se lamenta, porque é um momento que traz mais visitantes à feira. Goste-se ou não, isso fica para a vida de cada um, mas de facto um espetáculo tauromáquico continua a movimentar muitas pessoas, movimenta economia, portanto, é sempre uma pena quando não acontece. Desejou que no próximo ano haja maior articulação, talvez maior empoderamento da Associação ou uma revitalização da atividade para que seja possível fazer o espetáculo tauromáquico. Relacionado com a Feira do Chocalho, estranharam a ausência dos eco copos. Na Festa da Primavera lançaram-se os eco copos porque era uma organização da câmara, no Abana Viana houve o lançamento da cordinha do eco copo, porque afinal fazia falta uma cordinha para o eco copo, e na Feira do Chocalho estranhou-se a ausência dos eco copos. O Senhor Vereador Luís Mendes percebeu a informação que foi dada, que não havia os eco copos da câmara, mas deixou a nota. Ainda em relação aos eventos e também aproveitando a deixa do Senhor Presidente que já deu algumas luzes sobre o assunto, o Senhor Presidente já adiantou estava tudo pronto para iniciar a divulgação da Feira d'Aires, porque de facto nos últimos eventos, era preciso chegar a reunião da câmara antes dos eventos para saírem os outdoors. Quase que era preciso uma reunião de câmara para aprovar o outdoor. Pelos vistos no caso da Feira d'Aires isso já foi acautelado. Em setembro iria também decorrer a semana cultural da Alcáçovas, pelo que se soube já estava a ser preparada. Havia



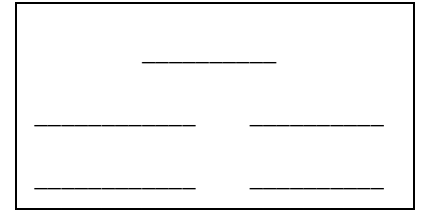
um tema que tinha de ser equacionado pelo executivo em permanência que era a questão dos valores para apoiar esta iniciativa. Este ano estava previsto um grande evento relacionado com as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, portanto os 50 anos da reunião dos capitães de abril no Monte do Sobral, e o que é um facto é que o apoio da Câmara se tem mantido o mesmo desde 2014. O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que percebia as limitações do orçamento da Câmara, porque já falaram várias vezes sobre ele, mas ainda assim, queria perceber qual é era a perspetiva do Senhor Presidente, se seria manter esses valores, se estava disponível para os rever. Em Alcáçovas mantinha-se a situação dos semáforos: houve um incidente, houve disponibilidade da empresa, havia uma empresa nova, mas de facto, os semáforos continuavam na mesma. O Senhor Vereador Luís Mendes queria perceber se o Senhor Presidente já perspetivou alguma reparação, se também a nova empresa teria de ser substituída, o Senhor Presidente certamente, saberia o que se passava. Tinham ainda questionado, na última reunião, a Senhora Presidente em funções, sobre as contas, um pedido que já tinha sido feito sobre o paralelo dos custos com eventos organizados pela Câmara Municipal: Festa da Primavera, Abana Viana e Feira do Chocalho, até à data. Ela prontificou-se para que na próxima reunião o Senhor Presidente trouxesse essa informação. Uma vez que não a apresentou, o Senhor Vereador Luís Mendes, não sabia se a informação já estava disponível, mas gostaria de saber, porque perante o discurso do rigor e da poupança nos custos, com a realização de eventos, queria perceber isso, era lógico perceber, com todas as ressalvas, de as coisas estarem mais caras, mas queria que lhes facultasse essa informação. Em relação ao tema das obras na Praça da República, o Senhor Vereador referiu que já andavam nisso desde março. Na última reunião que presidiu, o Senhor Presidente já tinha toda a documentação e ia tirar as suas conclusões, para depois trazer a reunião de câmara. O VIVA gostava de saber o que se estava a passar de facto com a obra originária na Praça da República e também com a questão do redimensionamento, depois feito pelo atual executivo em permanência. Tinham também dúvidas, como já tinha referido, sobre a Estratégia Local que já foram esclarecidas. Sobre a situação do veterinário, já foi dado algum esclarecimento. Tiveram mais sensibilidade para o tema, porque a Associação Trata-me Bem tinha levantado o problema, havia poucos dias, e queriam perceber o estado das coisas, o caminho a seguir pelo Município. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes, referiu que era inevitável voltar ao primeiro tema que queria abordar, mas que atendendo à argumentação do Senhor Presidente, não podia perguntar, que foi tomar conhecimento, com surpresa e com muita preocupação, da intenção, ou da atitude de exonerar a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos. Sabendo que estava a decorrer o período da audiência prévia, em que a visada dispunha de 10 dias úteis para se pronunciar sobre a notificação que recebeu, portanto era um período que defendia os interesses da visada, o Senhor Vereador gostava de perceber como é que foi feito esse processo? Porque se estava a decorrer uma audiência prévia, queria dizer, que não foi um processo, aparentemente conciliado entre as partes. O Senhor Vereador Luís Mendes também gostava que o Senhor



Presidente identificasse qual a fundamentação, quais os problemas, que despoletaram a necessidade de exonerar esta Chefe de Divisão. Quais é que foram de facto, os fundamentos que o executivo encontrou, e que estavam em audiência prévia, para a visada apresentar os seus argumentos. Apresentar um contraditório, não é um segredo de justiça, que não se possa falar sobre o tema. Depois era natural que o VIVA estranhasse a exoneração, porque havia pouco tempo, a senhora visada, tinha sido reconduzida na comissão de serviço. A pessoa em questão, dado que não podia pessoalizar muito a discussão, mas era necessário pessoalizar, porque era reconhecida por todos e por todas as forças políticas. Para além das pessoas, também pelas forças políticas, como uma trabalhadora exemplar, isenta, profissional, acima de quaisquer suspeitas, uma vida inteira dedicada, como a Vereadora Sara referiu, 35 anos dedicados ao Município, competente, a quem nunca foi apontada uma falha, uma falha grave, um prejuízo para o Município, como é que agora o processo de exoneração desta Chefe de Divisão estava a ser conduzido, e como é que levava à exoneração. O Senhor Vereador Luís Mendes não sabia, se o senhor Presidente queria responder logo, àquela parte da argumentação, porque era um tema que tinha de ser discutido. O Município não podia dispensar a discussão porque o procedimento estava em audiência prévia. Estava em audiência prévia porque era um requisito do Estatuto do Pessoal Dirigente, portanto tinha de estar. Ainda assim houve todo um processo que levou à exoneração da colaboradora e o VIVA queria perceber os fundamentos, as motivações, o que esteve na base para a exoneração da Chefe de Divisão. -----

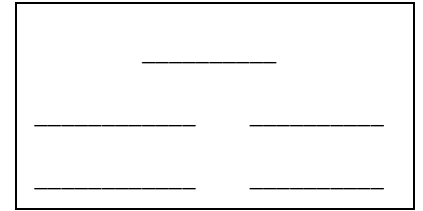
O Senhor Presidente voltou a pedir muita desculpa, referiu que percebia as boas intenções do Senhor Vereador Luís Mendes, mas como já tinha referido ao princípio, não ia falar desse processo naquele dia. Estaria disponível, depois de terminarem os dez dias da audiência prévia, aí estaria disponível para todas as perguntas e mais algumas, todas as razões, a forma como o processo foi feito, obviamente que foi feito o processo com a devida legalidade, como devia ser. Os outros pormenores, não ia entrar neles, na reunião. Não valia a pena insistir, que não ia falar deles na reunião. Quando chegasse a altura certa, falava neles, toda a gente ficaria a saber exatamente, como se passou, o que se passou e o que se estava a passar. Portanto, sobre isso não valia a pena, porque não ia falar nisso. O Senhor Presidente referiu ainda que de facto a Senhora Vereadora lhe deixou as contas dos eventos em cima da mesa, no entanto, ele achou que deveriam ser apresentadas por ela. Gostava ainda, de perceber algumas coisas, que ele próprio não sabia. Como a Vereadora tem esse pelouro, o Senhor Presidente achou que esses documentos deviam ser apresentados por ela na próxima reunião. Na reunião seguinte, o Senhor Presidente disse que falaria então, sobre a questão da Praça da República. Ele já tinha dito que na próxima reunião o faria, mas a interrupção das férias levou a que não tivesse tempo para preparar tudo como gostaria. Portanto na reunião seguinte o Senhor Presidente falaria sobre essa parte. Em relação à semana cultural de Alcáçovas, o Senhor Presidente respondeu que, não sofrendo cortes, mas não podia dar mais dinheiro não podia dar mais porque não podia tirar de onde não tinha. Se não havia, não se podia gastar. Como toda a gente sabia,



desde que chegou à câmara, o executivo deu uma alavanca enorme às Juntas de Freguesia, dando-lhe, atribuindo-lhe, uma verba mensal muito superior àquela que tinham, e que não era atualizada há anos. - O executivo fez esse esforço, tem feito esse esforço e as Juntas de Freguesia têm vindo a receber muito mais dinheiro do que aquele que recebiam. Portanto, na parte monetária, iam manter exatamente o mesmo valor. Não iam dar mais, porque não tinham. -----

Relativamente aos eco copos na Feira do Chocalho, o Senhor Presidente referiu que era um pouco difícil controlar uma coisa dessas quando estavam incluídos particulares e não eram só associações. Uma coisa é trabalhar com as associações do concelho e com as pessoas do concelho. Outra coisa é a situação da feira, em que vêm muitas pessoas de fora. A Câmara obrigar os particulares era muito complicado. As próprias associações estavam a reagir, mas iam aceitando. Se as próprias associações do concelho custavam a aceitar, muito menos aceitavam os comerciantes que estiveram na feira. Quem sabe se com o tempo, com uma imposição forte, se poderiam implementar. O Senhor Presidente não falou de marcas, mas lembrou-se por exemplo da Feira de Évora, que com muito esforço da parte da câmara, conseguiu controlar e só tem havido uma marca de cerveja que lá pode estar, porque patrocina a feira. Mas foi com muito trabalho, não foi num ano que eles conseguiram fazer isso. Este caso é um pouco diferente, a questão dos eco copos acaba por ser a mesma coisa, com dimensões muito mais pequenas obviamente. Mas a intenção é ir introduzindo cada vez mais os eco copos e continuar. Era necessário ver em que moldes seria possível intervir, porque havia pessoas que eram completamente a favor, outras que eram completamente contra, e havia outras que se diziam a favor, mas que tinha de haver algumas alterações. Havia muitas opiniões. O Senhor Presidente referiu que certamente, teriam de experimentar várias opções, antes de seguir um caminho. Depois teriam de criar o caminho. Só mais tarde se veria se tinha sido o caminho certo, ou o caminho errado. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que foi a opinião do Senhor Vereador Luís Mendes, quando disse que não houve inovação na feira do chocalho. Deu-lhe razão, não houve grande inovação em termos do chocalho propriamente dito. O Senhor Presidente associou o chocalho à agropecuária, como também já tinha referido, ficou contentíssimo por estar mais um chocalheiro, achou que o chocalho merece muito mais, estavam a trabalhar para isso, para criar uma iniciativa própria, específica direcionada para o chocalho, porque a feira, queiram ou não, era uma feira franca, onde era possível introduzir alguns temas sobre o chocalho, que podia evoluir alguma coisa, mas o principal foco tinha que ser fora da feira, tinha que ser um programa direcionado para o chocalho. Não era mais uma festa, não era mais um fim de semana de festas com espetáculos, era uma iniciativa virada para os Chocalhos, para o desenvolvimento dos chocalhos, para a sensibilização da produção de chocalhos. Portanto dentro da feira haveria sempre alguma limitação porque não tinham intenções de a transformar numa feira só para divulgação dos chocalhos. -----



Para responder às questões sobre os semáforos de Alcáçovas, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Joaquim Bento. -----

O Senhor Vereador Joaquim Bento, começou por cumprimentar todos os presentes, tendo referido a seguir que de acordo com a informação que tinha, os semáforos estavam todos a trabalhar em Alcáçovas e Viana do Alentejo, exceto o da Rua do Relógio, que foi o do acidente. Esse assunto estava com a seguradora e enquanto a seguradora e o senhor do acidente não dessem feedback, a empresa não conseguia montar o semáforo. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou referiu que a coluna do semáforo que era portanto o que vinha da rua paralela à pastelaria não estava a trabalhar, e aquele que estava por cima pendurado, também não, na rua de São Pedro. -----

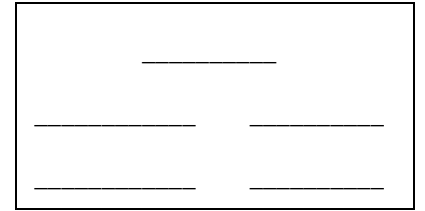
O Senhor Vereador Joaquim Bento, informou que a empresa tinha vindo no dia anterior e tinha deixado tudo a trabalhar. O Senhor Engenheiro Rui tinha informado, às 11h da manhã, que só faltava arranjar a coluna ao pé da Rute, mas podia tentar verificar. -----

A Vereadora Sara Grou acrescentou ainda que o que se estava a passar com o semáforo da Rua da Esperança, era que ele estava a disparar com velocidades muito reduzidas. Não estava controlado. -----

O Senhor Vereador Joaquim Bento respondeu que a empresa tinha deixado tudo arranjado no dia anterior. Se alguma coisa não estivesse bem, agradecia que o informasse. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que queria dar esta informação no princípio da reunião, mas passou-lhe completamente. Mas fez-lhe agora lembrar outra coisa, o Senhor Vereador Luís Mendes às vezes dizia que para algumas coisas serem feitas, era preciso haver reunião de câmara, como por exemplo a divulgação dos espetáculos, parecia que estavam à espera. Houve algumas situações que por acaso falou-se na reunião de câmara e tinham acabado de acontecer, como no dia anterior, como se tivessem telefonado a dizer para virem arranjar os semáforos, porque ia haver reunião de câmara. Mas as coisas não se faziam assim, de uma hora para a outra. Nem os cartazes dos espetáculos, das feiras se resolviam de um dia para o outro, não valia a pena haver ilusões, as coisas demoravam o seu tempo. Tinham-se dado algumas coincidências, como no caso dos semáforos, que de momento estavam resolvidos. Mas não era por causa da reunião de câmara que tinha sido resolvido, meteram-se as férias, os trabalhos tinham sido reduzidos em termos de pessoal, e tinha-se dado a coincidência de eles terem vindo no dia anterior, podiam ter vindo no próprio dia ou estar a terminar alguma coisa que não tivessem feito no dia anterior, mas não estavam de facto à espera das reuniões de câmara para gerir e para fazer concretizar os serviços da câmara. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes agradeceu as informações, agradeceu a resolução do problema dos semáforos. Assim como o comentário de estar à espera das reuniões de câmara para resolver os assuntos era válido, também era válido agradecer o trabalho que foi feito e o facto de no dia anterior já estarem a funcionar. O problema de não ser morador nas Alcáçovas era não saber atempadamente que o semáforo



já estava a funcionar. Mas naturalmente, foi uma preocupação que lhe tinham transmitido, que trouxe e agradeceu essa informação. -----

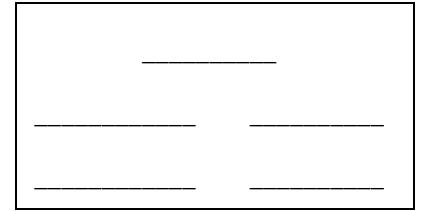
O Senhor Vereador Luís Mendes pediu desculpa ao Senhor Presidente pois já sabia que não ia responder, mas a situação da exoneração da Chefe da Divisão de Gestão de Recursos era uma situação complexa e que exigia de todos os atores transparência e informação ao Município. As pessoas não podiam ouvir versões e depois vir o Senhor Presidente da Câmara com um argumento que era legítimo, mas em último caso o Senhor Presidente não respondia porque não queria. -----

Portanto, atendendo a que o Senhor Presidente não ia responder, o Senhor Vereador Luís Mendes registou a preocupação do VIVA. Na reunião seguinte, passados os dez dias, voltaria a questionar sobre o assunto.

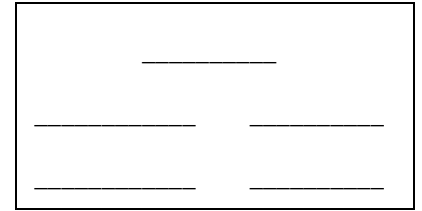
O Senhor Vereador Luís Mendes lembrou-se ainda, de outro assunto de que se tinha esquecido, mas que ia questionar, porque tinham tido conhecimento na altura, que foi feito um pagamento de 256 000,00 € (duzentos e cinquenta e seis mil euros) mais IVA a propósito da Empreitada da EBSIS – Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, sem o visto prévio do Tribunal de Contas. O Senhor Vereador questionou, se o Senhor Presidente sabia do que estava a falar, ao que o Senhor Presidente respondeu que sabia. -----

Então, sabendo isso e uma vez que foi pago sem o visto prévio do Tribunal de Contas que a isso obrigava, o Senhor Vereador Luís Mendes questionou qual foi a informação dos serviços, para o Senhor Presidente tomar a decisão que tomou de pagar ao empreiteiro da obra 256 000,00 € (duzentos e cinquenta e seis mil euros) mais IVA sem o visto prévio do Tribunal de Contas. O Senhor Vereador Luís Mendes perguntou se era possível conhecer o processo, saber qual foi a tramitação dentro da câmara, e o que estava em causa. Porque do que tinha conseguido compreender, tendo sido paga esta quantia, sem o visto prévio do Tribunal de Contas, não seria passível de comparticipação. Portanto numa análise muito simplista deduzia, que foram atirados para a obra da escola, e bem, 256 000,00 € (duzentos e cinquenta e seis mil euros) dos quais não se ia receber um cêntimo, podendo receber cerca de 200 000,00 € (duzentos mil euros). Da análise feita pelo VIVA, era muito grave o Senhor Presidente ter autorizado o pagamento, era muito grave ter-se dado assim um atropelo na Lei, portanto, era muito grave o prejuízo que o Senhor Presidente estava a causar ao Município. É que o Senhor presidente estava a lesar o Município em 256 000,00 € (duzentos e cinquenta e seis mil euros). Uma vez que o Senhor Presidente tinha conhecimento deste tema, o Senhor Vereador Luís Mendes questionou quais eram as justificações e qual era a lógica do processo até ao momento. -----

O Senhor Presidente respondeu que a razão tinha sido muito simples, pois obviamente que não tinha sido de ânimo leve, mas o empreiteiro tinha-lhe dito, nessa semana, que se até sexta-feira, não recebesse o dinheiro, parava a obra. Portanto, ainda assim, não concordando com a opinião do Senhor Vereador quando dizia que o dinheiro não seria recuperável, por não ter comparticipação, porque não era essa a informação que tinha, ainda assim, mesmo que não tivesse comparticipação, o que era menos grave era



pagar e não receber a comparticipação. Porque se a obra parasse, não era um dia, nem dois, nem três. A obra se parasse, para voltar a arrancar outra vez, acarretaria grandes prejuízos. Os conflitos com os empreiteiros, sabe-se quando começam, não sabe como, nem quando acabam. De qualquer das maneiras, o Senhor Presidente não o fez assim, porque lhe apeteceu pagar sem o visto. Acrescentou que não era obrigatório o visto ter sido obtido, era obrigatório o visto ter sido pedido. Não era obrigatório ficarem à espera do resultado do visto. A CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central estava no momento à espera que esse pedido fosse feito, para com o comprovativo do pedido, desbloquear as verbas, que estavam bloqueadas por causa desse pedido de visto. De qualquer das maneiras, o Senhor Presidente baseou-se num parecer da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que podia depois facilitar às Senhoras Vereadoras e aos Senhores Vereadores, que no momento não leu na totalidade, mas que dizia que, “entende-se do parecer remetido, que está prevista a existência da despesa deste aditamento, antes da obtenção do visto, ou da declaração de conformidade”. Era o parecer que tinha da CCDR, foi nele que se baseou. Portanto, o Senhor Presidente estava sob uma pressão enorme, se aquela obra parasse, era gravíssimo, todos sabiam para o que era o dinheiro, e tinha uma base para o poder fazer. Ainda assim, a Chefe de Divisão não era da mesma opinião e pediram parecer à jurista do Município, que também disse que obviamente que era para ter sido feito antes, visto não ter sido feito, que se fizesse na altura. Podendo-se fazer que se fizesse. O Senhor Presidente esteve a falar com uma técnica superior, também ela responsável pelos fundos comunitários, da CCDR que lhe disse exatamente a mesma coisa: Senhor Presidente se não fez, vai-se fazer porque a obra que já teve visto do Tribunal de Contas, não é uma obra que nunca teve nenhum visto. É uma obra que esteve sujeita a visto do Tribunal de Contas, teve uma alteração, que é a compensação do aumento dos preços. Logo ao princípio, depois de ter sido aprovado em reunião de câmara, esta verba foi aprovada em reunião de câmara, colocou-se a questão, havia pessoas dentro desta casa que diziam que não era necessário obter o visto do Tribunal de Contas e havia a dúvida se era ou não submetido a visto. Mais uma vez, o Senhor Presidente teve de tomar uma decisão, na altura disse para avançar sem o visto. E avançou-se. Havendo essa dúvida, pediu-se parecer. No primeiro parecer que veio não houve menção nenhuma à submissão a visto do Tribunal de Contas, dizia que era possível pagar a verba porque também se tinha colocado essa questão, se era possível ou não pagar a verba. Ainda assim, a CIMAC entendeu que deveria pedir outro parecer que fosse mais explícito, a dizer se era ou não obrigatório a submissão a visto do Tribunal de Contas. Então veio a resposta que o Senhor Presidente tinha acabado de dar, a dizer que era necessário, sujeitar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Em baixo estão as observações da técnica da CIMAC, onde diz que está prevista a existência da despesa deste aditamento, antes da obtenção do visto. Portanto foi naquelas observações que o Senhor Presidente se baseou. Não foi de livre vontade. Não foi ele que sabia, foi como tinha dito com a pressão da obra parar. Na sexta-feira chegou à Câmara e disse ao Chefe de Gabinete, que naquele



dia tinha que se pagar houvesse ou não alguma informação, tinha de se pagar senão o homem parava a obra na segunda-feira seguinte. Nesse mesmo dia, isso podia provar, nesse mesmo dia chegou o mail, dia 16 de junho por às 12: 18 h, foi nesse mesmo dia que tinha tomado a decisão, nesse dia como se costuma dizer, meteu a cabeça no cepo, não podia parar a obra. Como o Senhor Vereador disse e muito bem 256 000,00 € (duzentos e cinquenta e seis mil euros) para aquela obra não parar, mesmo que não houvesse uma participação, o Senhor Presidente arriscaria. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu então que o Senhor Presidente evitava a situação, cumprindo a lei. O Senhor Presidente mandou o auto de medição a reunião de Câmara, foi aprovado, pedia-se o visto prévio ao Tribunal de Contas, tinha de pedir ou não daquilo, que o Senhor Presidente disse, a Divisão de Gestão de Recursos deu-lhe indicação negativa ao pagamento, ainda assim o Senhor Presidente optou por pagar. O Senhor Presidente da Câmara pediu desculpa, mas, quando veio a opinião já o pagamento estava feito. O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que então queria dizer que o Senhor Presidente pagou e só depois é que tinha pedido a opinião. -----

O Senhor Presidente respondeu que não, a opinião já estava pedida. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes perguntou pela opinião dos serviços da Câmara. -----

O Senhor Presidente respondeu que dos serviços da câmara, essa questão não estava levantada na altura, estavam à espera do parecer. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que no início havia uma ordem de pagamento do Senhor Presidente para pagar os 256 000,00€ mais IVA. Do que o Senhor Presidente disse, havia pessoas dentro desta casa que não concordavam com esse pagamento. -----

O Senhor Presidente referiu que havia pessoas dentro da casa que defendiam que não era necessário o visto. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes perguntou, então havia pessoas dentro da casa que achavam que era necessário ouvir o Tribunal de Contas. -----

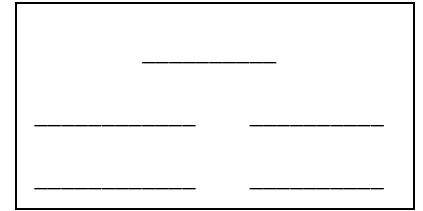
O Senhor Presidente referiu que havia pessoas que não sabiam, que era o caso dele e de outras pessoas. A Chefe de Divisão achava que não era necessário pedir o Visto ao Tribunal de Contas. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes questionou então, porque andaram até à última para pagar a fatura, tinha que ser na sexta-feira. -----

O Senhor Presidente respondeu, que se uma pessoa acha que não é necessário, então o melhor era pedir um parecer. E pediram o parecer, o Senhor Presidente deu a indicação para o fazer. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes voltou a tentar fazer o percurso dos documentos, há um auto de medição que foi aprovado na reunião de Câmara. -----

O Senhor Presidente referiu que não era um auto de medição era uma compensação financeira, que foi aprovada em reunião de câmara. -----



O Senhor Vereador Luís Mendes prosseguiu, sendo aprovada em reunião de câmara, depois internamente segue para a Divisão correspondente para ser pago, depois o pagamento é aprovado pelo Senhor Presidente. Mas o que o Senhor Presidente estava a dizer é que até à sexta-feira dia 16 de junho, ninguém sabia se podiam pagar ou não. Porque não sabiam da necessidade ou não do visto prévio do Tribunal de Contas. O Senhor Presidente disse também que a Chefe de Divisão era da opinião que não era necessário o visto prévio do Tribunal de Contas e que o Senhor Presidente tinha dúvida, portanto pediram à CIMAC a opinião sobre o visto prévio, que foi pedir um parecer à CCDR para vincular. No dia 16 de junho, houvesse email ou não, porque depois o Senhor Presidente não sabia que informação a CIMAC lhe ia dar; a CIMAC enviou-lhe um parecer da CCDR, portanto até ao dia 16 de junho ao meio dia e meia o Senhor Presidente não sabia, se carecia ou não de visto prévio, para pagar aquela compensação. Ainda assim, no período da manhã, teve que ser até ao meio-dia e meia. Se o Senhor Presidente disse que pagou, sem saber no período da manhã do dia 16 de junho, o senhor autorizou o pagamento desta verba, na expectativa de não ser necessário o visto prévio. -----

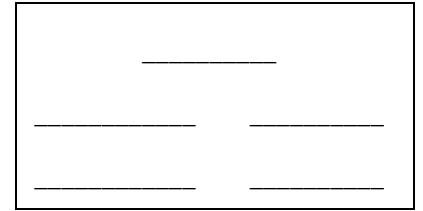
O Senhor Presidente referiu que não propriamente, foi na expectativa da obra não parar. -----
Por isso é que o Senhor Vereador Luís Mendes tinha dito que a obra não parava se os procedimentos fossem feitos em tempo útil. Quer dizer tanta pressa tinha o empreiteiro em receber para fazer a obra, como tinha a Câmara, que a obra fosse feita. O Senhor Vereador achava que a pressa era igual, era a câmara de ter a obra feita, e o empreiteiro em receber. Chegados ao dia 16 de junho ao meio dia e meia, segundo o que o Senhor Presidente referiu, chegou uma comunicação da CIMAC, que dizia no texto da CCDR que era necessária a fiscalização. Mas depois nas notas da técnica da CIMAC, dizia que podia ser feito o pagamento sem o visto prévio do Tribunal de Contas. Foi isso que o Senhor Presidente leu. Então as próprias técnicas entre elas, têm opiniões divergentes. -----

O Senhor Presidente referiu que se calhar o Senhor Vereador tinha concluído o mesmo que a outra pessoa concluiu também. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes respondeu que concluiu de acordo com o que o Senhor Presidente leu, não conhecia o parecer. O Senhor Presidente leu que o financiamento necessita de fiscalização. Leu as observações da técnica da CIMAC. -----

O Senhor Presidente referiu que o parecer não é o que leu. Tinha que ser todo lido. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que no parecer da CCDR, era necessária a fiscalização. A opinião da técnica da CIMAC, que por alguma razão pediu parecer à CCDR, era que estava prevista a existência da de despesa do aditamento ao contrato, antes da obtenção do visto ou da declaração de conformidade. Então com aquela informação o Senhor Presidente sabia o mesmo, que sabia de manhã. Porque a CCDR disse que era necessária a fiscalização a CIMAC disse que dispensava, a Chefe de Divisão segundo o que o Senhor Presidente disse era favorável ao pagamento. -----

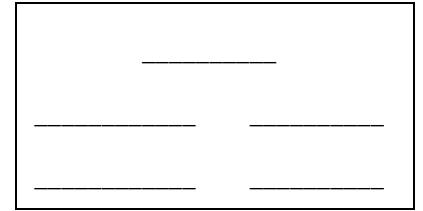


O Senhor Presidente respondeu que não tinha dito isso, disse que a seguir à reunião a Chefe de Divisão era uma das pessoas que pensava e achava que não era necessário visto, mas de qualquer das maneiras foi-lhe enviado um email, que está no processo, em que ela aconselhava a pedir o visto. Portanto já tinha dito, que havendo dúvidas, ela aconselhava a pedir o visto. O Senhor Presidente mandou seguir o processo pois achou que normalmente, ela conheceria melhor as regras, e por isso o processo seguiu. Entretanto depararam com a questão de pedir à CIMAC esclarecimentos. Depois veio um primeiro parecer, pedido à CCDR pela CIMAC, que era omissivo sobre a questão do visto. Depois a CIMAC pediu novo parecer à CCDR, em que colocou a questão da obtenção do visto do Tribunal de Contas. Os pareceres da CCDR foram demorados. Daí ter-se atrasado o pagamento ao empreiteiro que até foi paciente. Pelo facto de o processo ter sido tão demorado é que o Senhor Presidente acabou por ter de fazer o pagamento ao empreiteiro que já estava a ameaçar parar a obra. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que não compreendia como é que o Senhor Presidente, depois de 2 meses sem tomar uma decisão confortável, tomou na sexta-feira de manhã uma decisão que podia vir a prejudicar o Município em cerca de 200 000,00€ (duzentos mil euros). Quando um projeto já iniciado pelo Senhor Presidente, tendo o Tribunal de Contas conhecimento que estes projetos têm participações financeiras, teria emitido resposta com mais celeridade. Depois de mais de 2 meses, o Senhor Presidente tomou a decisão, com urgência, para pagar, sem saber se o montante pago seria participado ou não. O Senhor Presidente disse que era melhor não receber o dinheiro, do que a obra parar, cem por cento de acordo. Mas uma coisa não inviabilizava a outra, em mais de 2 meses o Senhor Presidente tinha que ter os elementos para tomar uma decisão e estar confortável com ela. Portanto o Senhor Presidente podia estar a prejudicar o Município, estava a fazer uma avaliação política. Não estava a dizer que ia prejudicar, mas que podia prejudicar o Município, em duzentos mil euros que seriam muito bem gastos, porque ideias para o gastar não haviam de faltar. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes resumiu a situação, dizendo que o Senhor Presidente disse que tomou dois meses de tolerância ao empreiteiro para lhe pagar, decidiu que estava confortável com a decisão que tomou, portanto, pela parte do VIVA, tinham que lhe fazer uma censura pública, porque o Senhor Presidente não acautelou os interesses do Município, não acautelou a legalidade do processo, e à custa disso o Município ainda podia vir a ser lesado em 200 000,00 € (duzentos mil euros). Esta foi a consideração política do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

O Senhor Vereador referiu ainda que ia esperar que os elementos lhe chegassem todos, para analisá-los, podia ser que reformulassem a posição que tomaram, diante dos elementos que o Senhor Presidente disponibilizou, porque eram os únicos a que tinham acesso. A conclusão política que o VIVA tirou foi que o Senhor Presidente não observou a legalidade do processo, e o Senhor Presidente poderia pôr em causa 200 000,00 € (duzentos mil euros) para o Município. -----



Em relação à conclusão do VIVA o Senhor Presidente referiu, que estava de facto confortável com a decisão que tinha tomado. Não era a decisão que gostaria de tomar, mas estava confortável porque evitou que a obra da escola parasse. Para ela não parar, tomou essa decisão. Como tinha dito, não era a decisão que gostaria de tomar, mas foi a decisão que tomou, para que a obra da escola não parasse. Porque no dia que aquela obra parasse, na fase que estavam a passar, era o fim daquela obra. O Senhor Vereador Luís Mendes, no lugar do Senhor Presidente, se calhar, decidiria de maneira diferente. No entanto, pior que tomar uma má decisão, era não tomar decisão nenhuma, e o Senhor Presidente ia fazer tudo o que pudesse para a obra da escola não parar, porque senão, não seria possível acabar a obra. O projeto não teve um bom princípio. Têm tido complicações desde o princípio. O Senhor Presidente decidiu daquela forma, a seguir têm de continuar para a frente, fazer o pedido do visto e aguardar. Assim que tivessem o comprovativo do pedido, as verbas seriam disponibilizadas. Depois o processo teria de seguir o seu percurso, se o Tribunal de Contas fizesse a apreciação do processo, veria se era penalizador ou não era penalizador. Era o que o Senhor Presidente tinha a dizer sobre o assunto, no momento. Quando tivessem os documentos à frente, o processo todo à frente, voltariam a falar da situação. -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Informação sobre a atividade da Câmara - O Senhor Presidente deu conhecimento sobre a atividade da Câmara Municipal no período de 18 a 28 de julho de 2023: -----

No dia 18 de julho a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC realizado em Évora. -----

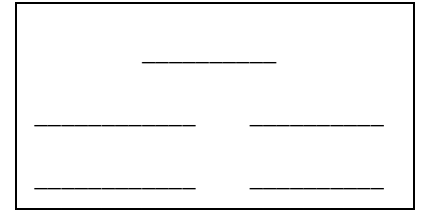
No dia 20 de julho a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Paula Neves e o Técnico da Câmara João Morais estiveram presentes numa reunião realizada com o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Pároco de Alcáçovas e a direção do Sport Clube Alcaçovense, a propósito da realização ou não, da festa de São Geraldo. -----

No dia 21 de julho o executivo esteve presente na inauguração da Feira do Chocalho nas diversas iniciativas que decorreram ao longo do fim-de-semana. -----

Nos dias 24 e 25 de julho a Senhora Vice-Presidente da Câmara Paula Neves acolheu no Pavilhão Municipal de Viana do Alentejo, os participantes de “Pedalanças 2023”, que consiste numa viagem de bicicleta até ao Festival Andanças, em Reguengos de Monsaraz que teve paragem em Viana do Alentejo.-----

A iniciativa que partiu de Lisboa, no dia 22 de julho, desafia os participantes a percorrerem os mais de 200 quilómetros em etapas suaves, desfrutando, sem pressas, das paisagens atravessadas.-----

No dia 26 de julho o Senhor Presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente na reunião do



Conselho Municipal de Educação de Viana do Alentejo, que teve lugar no salão da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, com a presença de conselheiros e representantes de entidades locais e regionais, para efetuar um balanço do ano letivo de 2022/2023. -----

No dia 27 de julho a Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação, Vanda Tiago e a Técnica do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, Vanda Viriato estiveram presentes na reunião de parceiros do Grupo de Ação Local Terras Dentro, na sede da Associação em Alcáçovas, para a apresentação da proposta final da candidatura “Estratégia e Desenvolvimento Local”. -----

No mesmo dia o Senhor Presidente da Câmara Luís Miguel Duarte, procedeu ao atendimento habitual aos municípios, no edifício dos Paços do Concelho. -----

No dia 28 de julho a Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação Vanda Tiago e a Técnica do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico Vanda Viriato participaram no Webinar PRR - Radar Social, Criação de Equipas para Projeto Piloto no âmbito do Aviso n.º 07/ C 03-i01/ 2023. -----

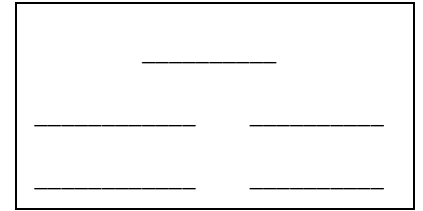
No mesmo dia o Senhor Presidente da Câmara Luís Miguel Duarte, a convite do Coordenador do Projeto para a Jornada Mundial da Juventude, José Sá Fernandes, e do Conselho de Administração da Imprensa Nacional Casa da Moeda, esteve presente na apresentação do Livro “Santuários Marianos Portugal” que será alvo de uma exposição a apresentar no âmbito da Jornada Mundial da Juventude de 2023, na Cidade da Alegria, de 1 a 6 de agosto realizada no Santuário de Nossa Senhora da Penha de França, em Lisboa. --

A Senhora Vereadora Sara Grou questionou, relativamente à reunião que se realizou, sobre a festa de São Geraldo, se o Senhor Presidente lhe podia dizer alguma coisa ou não. -----

O Senhor Presidente respondeu que não tinha estado presente nessa reunião, só se tinha cruzado com a Senhora Vice-Presidente, um único dia. Falaram muito rapidamente e a Vereadora disse que o Pároco de Alcáçovas, não concordava que fosse feita a festa em São Geraldo, devido ao estado de degradação em que está a igreja e a casa ao lado. Então ia-se achar uma solução, para que a festa fosse feita noutro local. Entretanto, em conversa com o Senhor Vereador, ele disse que havia pelo menos um pedido de materiais mesas e cadeiras, para o Sport Clube Alcaçovense, o Senhor Presidente não sabia bem se iam fazer a festa noutro lado. O Senhor Vereador Joaquim Bento esclareceu que a Festa de S. Geraldo se ia realizar noutro local. -----

Ponto três) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que aprovou o Plano de Transportes Escolares do Concelho Viana do Alentejo no ano letivo de 2023/2024 – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que aprovou o Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo no ano letivo 2023/2024. -----

Ponto quatro) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais – Nos termos das propostas da Divisão de Cultura e Desporto e ao abrigo do



Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas:

- Sociedade União Alcaçovense / 1.º trimestre de 2023:

- Banda Filarmónica – 180,00 € (cento e oitenta euros). -----
- Escola de Música – 274,50 € (duzentos e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos). -----
- Grupo de Teatro Amador – 210,00 € (duzentos e dez euros). -----

- Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense / 2.º trimestre de 2023:

- Ballet e Sevilhanas – 593,10 € (quinhentos e noventa e três euros e dez cêntimos). -----
- Grupo Coral Feminino e Etnográfico “Paz e Unidade” – 390,00 € (trezentos e noventa euros). -----

- Associação Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas / 2.º trimestre de 2023:

- Grupo Coral Feminino “Cantares de Alcáçovas” – 243,00 € (duzentos e quarenta e três euros). -----

- Grupo Coral “Os Trabalhadores de Alcáçovas” / 2.º trimestre de 2023 – 356,40 (trezentos e cinquenta e seis euros e quarenta cêntimos). -----

Ponto cinco) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo

Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade transferir a verba de 400,00 € (quatrocentos euros) para o Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo relativos à participação nas despesas das comemorações do XXXVII aniversário do Grupo. -----

Ponto seis) - Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas -

Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade transferir a verba de 400,00 € (quatrocentos euros) para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas relativos à participação nas despesas com a organização do 12.º Encontro de Grupos Corais.

Ponto sete) - Proposta transferência de verba para o Grupo Coral de Aguiar -

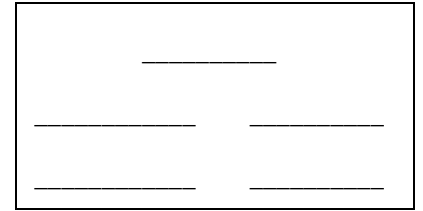
Nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, a Câmara deliberou por unanimidade transferir a verba de 400,00 € (quatrocentos euros) para o Grupo Coral de Aguiar da Associação dos Amigos Aguiarenses relativos à participação nas despesas das comemorações do V aniversário do Grupo. -----

Ponto oito) - Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense –

Neste ponto da ordem de trabalhos a Senhora Vereadora Sara Grou apresentou a seguinte declaração de voto:

“O Summer Spot 2.0 é um evento promovido desde alguns anos por jovens da Freguesia de Alcáçovas, que decidiram tornar a Feira do Chocalho mais atrativa para os jovens, uma vez que, a hora a que a mesma encerrava era demasiado cedo para eles.

Tem sido passado o testemunho entre gerações, algo muito positivo e valorizável.



Sendo a minha filha, uma das jovens que fez parte da Comissão Organizadora do Summer Spot 2,0; entendo que não será correto participar na votação deste ponto.

Assim, peço ao Presidente, licença para me ausentar aquando da votação do referido ponto.”

Após a saída da Vereadora Sara Grou da sala, a Câmara deliberou por maioria aprovar a transferência de verba no montante de 3 500,00 € (três mil e quinhentos euros) para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense, nos termos da proposta da Divisão de Cultura e Desporto, para participação nas despesas da organização da edição de 2023 do Summer Spot 2.0. -----

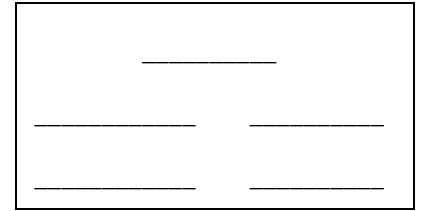
Ponto nove) - Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a segunda prorrogação do prazo da Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente que autorizou a segunda prorrogação do prazo da Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil. -----

Ponto dez) Proposta de emissão de licença especial de ruído solicitada pelo Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, para um Encontro de Grupos no dia 5 de agosto de 2023 e de isenção de pagamento das respetivas taxas - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas para realização de um evento de “Encontro de Grupos” no dia 5 de agosto de 2023, promovido pelo Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas.

Ponto onze) Proposta de emissão de parecer favorável sobre a constituição de compropriedade relativamente ao prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Viana do Alentejo sob o artigo 45.º da secção B – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade para o prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Viana do Alentejo sob o artigo n.º 45 da secção B nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual. -----

Ponto doze) - Proposta de emissão de licença especial de ruído solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda. para a realização de uma “festa de casamento”, no dia 12 de agosto de 2023 - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual de emissão de licença especial de ruído solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares Lda. para a realização de uma festa de casamento no dia 12 de agosto de 2023. -----

Ponto treze) - Proposta de emissão de licença especial de ruído solicitada por Sabores do Cerrado, Atividades Hoteleiras e Similares, Lda. para a realização de uma “festa de casamento”, no dia 26 de agosto de 2023 – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual de emissão de licença especial de ruído solicitada por Sabores do



Serrado, Atividades Hoteleiras e Similares Lda. para a realização de uma festa de casamento no dia 26 de agosto de 2023. -----

Ponto catorze) - Proposta de emissão de licença especial de ruído e de isenção de taxas solicitada pelo

Grupo Associativo de Jovens de Aguiar, para a realização da Festa de Verão – Summer Time – O Grupo

Associativo de Jovens de Aguiar solicitou a emissão de licença especial de ruído desde as 18:00 horas do dia 14 de agosto até às 6:00 horas do dia 15 de agosto. Nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Administração Urbanística e Processual e à semelhança de procedimentos anteriores, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a emissão de licença especial de ruído até às 5:00 horas do dia 15 de agosto. -----

Ponto quinze) - Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu licença

para instalação e funcionamento de um circo ambulante ao ar livre, em Viana do Alentejo – A Câmara

deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu licença para a instalação e funcionamento de um circo ambulante ao ar livre, em Viana do Alentejo, nos termos da proposta apresentada pela Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos. -----

Ponto dezasseis) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu licença

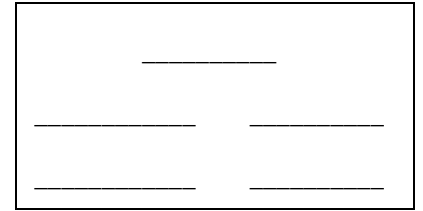
para instalação e funcionamento de um trampolim gigante e um mega “eliminator” no recinto da Feira

do Chocalho - O Senhor Vereador Luís Mendes, felicitou a concessão destas licenças e tal como tinham feito na última reunião, propôs que se faça um esforço no próximo ano para terem ainda mais divertimentos. O Senhor Vereador sabia que não é uma competência da câmara, mas referiu que é necessário ser criativo para trazer mais e melhores divertimentos ao concelho. -----

O Senhor Presidente aproveitou para fazer uma observação, estes divertimentos vieram porque tentaram, inclusivamente, pediram ao fiscal que é o responsável pelas feiras, que tem vários contactos, pediram para ele ligar e perguntar se queriam vir. Apelando a que poderiam criar condições melhores para a Feira d’Aires, dando alguma abertura, e mesmo assim, não quiseram vir. Mas houve esforço também da parte do executivo, para os convencer. -----

A Vereadora Sara Grou perguntou se relativamente à Feira d’Aires não havia problema, se era ao contrário.

O Senhor Presidente referiu que na Feira d’Aires, normalmente querem vir vários, e fazem oferta à carta fechada, e os que oferecem mais é que vêm. Nos stands já há o regulamento feito, que já veio do executivo anterior. Quem participa na feira de Alcáçovas, tem um desconto na Feira d’Aires. O Senhor Presidente referiu ainda, que vão fazer o regulamento para que haja compensação, para ver se cativam pessoas para a Feira do Chocalho. Porque de facto era melhor haver mais divertimentos. Quem tem beneficiado com a situação são os vendedores de brinquedos. Os pais como as crianças não foram ao carrossel, à pista, acabaram por comprar um brinquedo. Este ano tal como no ano passado manifestaram muito agrado porque venderam muito bem. A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Senhora Vice-



Presidente que aprovou a proposta apresentada pela Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos que concedeu licença para instalação e funcionamento de um trampolim gigante e um mega “eliminator” no recinto da Feira do Chocalho. -----

Ponto dezassete) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente que concedeu a licença para a instalação e funcionamento de uma pista americana e de um reboque com jogos de máquinas na feira do Chocalho

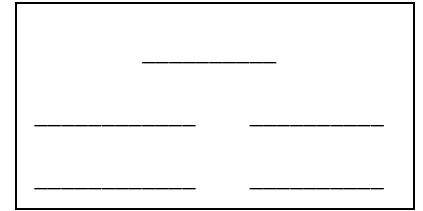
- A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente que aprovou a proposta apresentada pela Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos que concedeu licença para instalação e funcionamento de uma pista americana e de um reboque com jogos de máquinas na Feira do Chocalho. -----

Ponto dezoito) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 6 referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa

– A Senhora Vereadora Sara Grou manifestou a sua preocupação pelo facto do auto de medição relativo a 27 de julho de 2023 apresentar apenas 20,71% de trabalhos realizados. A Senhora Vereadora afirmou que não é especialista em obras, contudo, chegámos a agosto, o tempo passa a correr, e achou que era realmente pouco. Sendo uma obra financiada, será necessário que esteja pronta até 31 de dezembro, impreterivelmente. Para além de se correr o risco de não estar pronta, de não receber o financiamento, para além disso fica em causa ainda a possibilidade de vir a receber a comparticipação que seria a parte do município. Outra pergunta que a Senhora Vereadora queria colocar ao Senhor Presidente, é que já tinha comentado que estava em condições de apresentar os valores relativos aos trabalhos complementares, os quais seriam cerca de 550 000,00 € (quinhentos e cinquenta mil euros), que depois seriam mais especificados. Este valor de trabalhos complementares, deixou a Senhora Vereadora realmente preocupada, sem dúvida nenhuma. Não percebendo de obras, continuava a dizer, mas ficou preocupada. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que pela parte do VIVA também subscrevia as preocupações da Senhora Vereadora Sara, porque de facto com o tempo de obra que havia, ter 20% de realização, ou os trabalhos a realizar, são de maior dimensão e a seguir vão fluir naturalmente melhor, ou então poderão estar a comprometer o financiamento daquela obra. -----

O Senhor Presidente referiu que como já tinha dito ao princípio, na reunião que teve com o empreiteiro na semana anterior, ele não manifestou preocupação com os prazos. Da experiência que tinha, o Senhor Presidente referiu que a parte do arranque das obras, as partes técnicas, são sempre mais demoradas, quando começam a desenvolver trabalho, é mais rápido. Tinham estado a abrir roços, a meter tubos. Para além disso, houve a questão dos trabalhos que não estavam previstos, a decisão de arrancar ou não com os trabalhos a mais, dependendo da disponibilidade para os realizar. Havendo acordo, o Senhor Presidente acreditava que as coisas iam começar a andar mais rápido. Como já tinha dito não houve preocupação com o prazo, quando isso acontece eles começam a pressionar, e ainda não o tinham feito. Como o Senhor



Presidente também já tinha referido, são cerca de 550 000,00 € (quinhentos e cinquenta mil euros), já com o PT (Posto de Transformação). Os orçamentos que tinha mais detalhados, davam à volta de 441 000,00 € (quatrocentos e quarenta e um mil euros), o engenheiro Cruz, que é o engenheiro eletrotécnico, disse que o PT pode custar cerca de 80 000,00 € (oitenta mil euros). Depois havia ainda o projeto da eletricidade. --

A Senhora Vereadora Sara Grou questionou ainda se os valores referidos eram valores sem IVA. -----

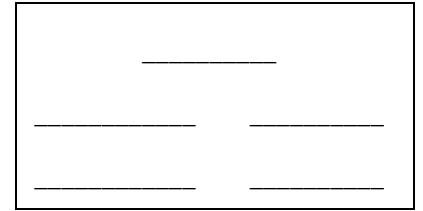
O Senhor Presidente respondeu que normalmente são valores sem IVA. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, questionou se estava a ser preparado o dossier relativo a estes trabalhos a mais, para serem incluídos no contexto do financiamento. -----

O Senhor Presidente respondeu que sim, e que havia ainda outra questão, havia também alguns trabalhos de menor valia que a empresa de fiscalização e os engenheiros do Município acharam que não era necessário fazer, como por exemplo os tetos falsos, eles acharam que não era necessário fazê-los. A empresa também propôs não os fazer por não ser necessário. Portanto são trabalhos a menos. Também havia outros valores que o Senhor Presidente no momento não tinha presentes, de alguns trabalhos a menos que permitem baixar um pouco os valores, com por exemplo o fornecimento e aplicação de barras antipânico. Já lá tinham sido colocadas barras antipânico, que não valia a pena substituir por não serem muito antigas. A desmontagem da cobertura de fibrocimento do forno, foi um acréscimo que pediram, porque não estava previsto. Portanto há depois um encontro de trabalhos a mais e a menos que se vão compensando nalguma medida. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou acrescentou que o que a estava a preocupar era basicamente a questão dos prazos, a fim de não se perder o financiamento, porque sabia que uma das coisas boas do concelho, foi o facto de não ter havido reversão de fundos comunitários, nos anteriores quadros comunitários de apoio. Isso foi muito bom. Se a escola estiver pronta a tempo, será muito bom. No entanto, era realmente uma grande preocupação. Não era só a preocupação pela empresa, os 20% era preocupante, mas estava a haver muita falta de material, havia obras a pararem por falta de material; se isso acontecesse ao Município, era realmente preocupante. -----

O Senhor Presidente respondeu que esperava que isso não viesse a acontecer. Como já tinha dito anteriormente, esteve a falar com o empreiteiro, as questões debatidas tiveram a ver com trabalhos a mais. O Senhor Presidente acreditava que se eles vissem que o tempo não dava, não os aceitavam. Esta era a sua modesta opinião. Não era nenhuma questão que ele tivesse colocado, obviamente que eles queriam trabalhos a mais; mas no caso de não os conseguirem concretizar, se calhar também não os aceitavam. Esta era a opinião do Senhor Presidente, mas não tinha nada escrito por parte da empresa. O Auto de Medição n.º 6 referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, no valor de 72 423,77 € (setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e três euros e setenta e sete



cêntimos) foi aprovado por maioria com uma abstenção por parte do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto dezanove) - Proposta de extinção de Ajuste Direto para execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço de Auto Caravanismo em Viana do Alentejo.

– Em relação a este ponto da ordem de trabalhos o Senhor Vereador Luis Mendes fez notar a preocupação em relação à extinção do concurso que ficou deserto e depois a nova abertura de procedimento, o que quer dizer que de facto há uma conjuntura que não é agradável para a contratação, mas que pode facilitar demasiado a vida a ajustes diretos. -----

O Senhor Presidente esclareceu ainda uma questão relativa aos ajustes diretos: os ajustes diretos são uma possibilidade depois dos concursos ficarem desertos, mas têm uma limitação muito grande, ao contrário do que era permitido há uns anos atrás, em que a seguir os municípios faziam o ajuste direto aos empreiteiros pelo preço que quisessem. Atualmente não é assim. As regras tornaram-se bastante apertadas, não se pode mudar a estrutura do caderno de encargos e o montante a adjudicar, julgando não estar enganado, em mais de 20%. Portanto não podia haver grandes negociações, para fazer a obra pelo dobro do dinheiro, por exemplo, o que o deixou um bocado confortável, as regras apertadas não permitem outras confusões. -----

A proposta de extinção de Ajuste Direto para execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço de Auto Caravanismo em Viana do Alentejo foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Joaquim Bento e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou, Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

As senhoras vereadoras Sara Grou e Rita Rafael apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“Em primeiro lugar voltamos a referir o que dissemos na primeira votação relativamente nova localização da ASA; consideramos que a mesma está desenquadrada para o que é o espírito do caravanismo.

Em segundo, existia um projeto em carteira deixado pelo anterior Executivo e que teria poupado dinheiro aos cofres do Município no que respeita a pagar um outro novo.

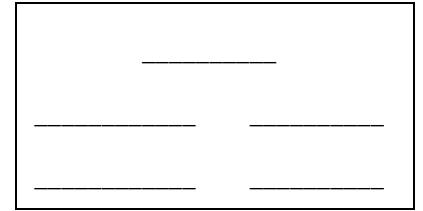
Depois, está para ser construído este ASA junto a um bairro sem terem sido informados e auscultados os seus moradores.

Para terminar, temos aqui mais um Concurso Público, tal como o da Ampliação do Centro da Proteção Civil, onde ambos ficaram desertos e passaram a Procedimentos de Ajuste Direto. Qual a razão de não voltarem a Concursos Público?

Utilizando as palavras do Presidente esperemos não sejam «Contratos milionários para amigos»

Ponto vinte) - Proposta de abertura de um segundo Procedimento de Ajuste Direto para a Execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço de Auto Caravanismo - ASA na sequência da extinção do primeiro procedimento de Ajuste Direto

– O Senhor Vereador Luís Mendes manteve a nota sobre a preocupação em relação à extinção do concurso que ficou deserto e depois a nova abertura de



procedimento, o que quer dizer que de facto há uma conjuntura que não é agradável para a contratação, mas que pode facilitar demasiado a vida a ajustes diretos. -----

As Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael mantiveram a declaração de voto: -----

“Em primeiro lugar voltamos a referir o que dissemos na primeira votação relativamente nova localização da ASA; consideramos que a mesma está desenquadrada para o que é o espírito do caravanismo.

Em segundo, existia um projeto em carteira deixado pelo anterior Executivo e que teria poupado dinheiro aos cofres do Município no que respeita a pagar um outro novo.

Depois, está para ser construído este ASA junto a um bairro sem terem sido informados e auscultados os seus moradores.

Para terminar, temos aqui mais um Concurso Público, tal como o da Ampliação do Centro da Proteção Civil, onde ambos ficaram desertos e passaram a Procedimentos de Ajuste Direto. Qual a razão de não voltarem a Concursos Público?

Utilizando as palavras do Presidente esperemos não sejam «Contratos milionários para amigos»

A proposta de abertura de um segundo Procedimento de Ajuste Direto para a Execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço de Auto Caravanismo – ASA, na sequência da extinção do primeiro procedimento de Ajuste Direto foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Joaquim Bento e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou, Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e um) - Proposta de aprovação do convite a enviar no âmbito do segundo Procedimento de Ajuste Direto para a Execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço de Auto Caravanismo – ASA, em Viana do Alentejo, na sequência do primeiro procedimento ter sido extinto - O Senhor Vereador

Luís Mendes manteve a nota sobre a preocupação em relação à extinção do concurso que ficou deserto e depois a nova abertura de procedimento, o que quer dizer que de facto há uma conjuntura que não é agradável para a contratação, mas que pode facilitar demasiado a vida a ajustes diretos. -----

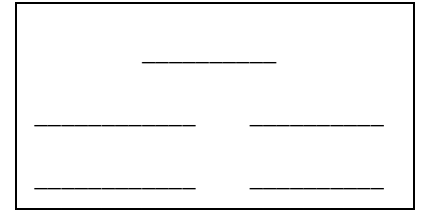
As Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael mantiveram a declaração de voto: -----

“Em primeiro lugar voltamos a referir o que dissemos na primeira votação relativamente nova localização da ASA; consideramos que a mesma está desenquadrada para o que é o espírito do caravanismo.

Em segundo, existia um projeto em carteira deixado pelo anterior Executivo e que teria poupado dinheiro aos cofres do Município no que respeita a pagar um outro novo.

Depois, está para ser construído este ASA junto a um bairro sem terem sido informados e auscultados os seus moradores.

Para terminar, temos aqui mais um Concurso Público, tal como o da Ampliação do Centro da Proteção Civil, onde ambos ficaram desertos e passaram a Procedimentos de Ajuste Direto. Qual a razão de não voltarem a Concursos Público?



Utilizando as palavras do Presidente esperemos não sejam «Contratos milionários para amigos»

A proposta de aprovação do convite a enviar no âmbito do segundo Procedimento de Ajuste Direto para a Execução da Empreitada de Construção da Área de Serviço de Auto Caravanismo – ASA, em Viana do Alentejo, na sequência do primeiro procedimento ter sido extinto foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Joaquim Bento e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou, Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e dois) - Proposta de extinção do Procedimento Pré-contratual de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para Seleção de um Veículo Pesado de Passageiros (autocarro) com lotação de 50 lugares, acrescida do motorista e guia, cuja aquisição será financiada por meio de contratação de locação financeira, em virtude do mesmo ter ficado deserto – A Senhora

Vereadora Sara Grou questionou se o autocarro que estava no momento em serviço, deixava de poder fazer serviço com crianças no mês de agosto. -----

O Senhor Presidente confirmou que estava correto. -----

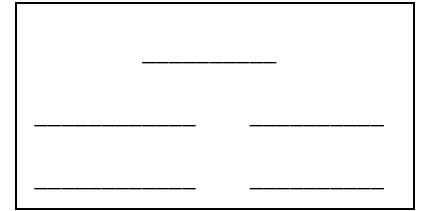
A Senhora Vereadora Sara Grou acrescentou, que se a licença do autocarro, ia perder o efeito no final de agosto, o facto de o concurso ter ficado deserto, e de ser necessário realizar outro concurso, provavelmente poderia vir a comprometer as primeiras visitas de estudo do próximo ano letivo. -----

O Senhor Presidente respondeu que o outro autocarro do Município, continuava a poder transportar crianças. Portanto o que poderia vir a acontecer, era em situações que os professores juntavam duas turmas para ir a algumas visitas, não o poderiam fazer. No entanto, tinham os transportes assegurados, sem qualquer problema. Poderia haver esse constrangimento, às turmas viajarem em conjunto, mas esse era o único inconveniente existente. A proposta de extinção do procedimento pré-contratual do concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro) com lotação de 50 lugares, acrescida do motorista e guia, cuja aquisição será financiada por meio de contratação de locação financeira, em virtude do mesmo ter ficado deserto, foi aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e três) - Proposta de abertura de novo Procedimento Pré-contratual de Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia para Seleção de um Veículo Pesado de Passageiros (autocarro) com lotação de 50 lugares, acrescido de motorista e guia, cuja aquisição será financiada por meio de contratação de locação financeira – A proposta de abertura de novo procedimento pré-contratual

de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para seleção de um veículo pesado de passageiros (autocarro) com lotação de 50 lugares, acrescido de motorista e guia, cuja aquisição será financiada por meio de contratação de locação financeira foi aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e quatro) - Proposta de Abertura de Conta Bancária para uso exclusivo de Fundos PRR (Plano



de Recuperação e Resiliência) – A Senhora Vereadora Sara Grou questionou se a conta bancária se destinava à construção das Extensões dos Centros de Saúde. -----

O Senhor Presidente confirmou que a conta bancária se destinava à construção das Extensões dos Centros de Saúde, referindo que se tratava de uma exigência dos contratos efetuados. A proposta de abertura de conta bancária para uso exclusivo de Fundos PRR foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto vinte e cinco) - Proposta de aprovação da 23.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa -

A Senhora Vereadora Sara Grou solicitou que fosse facultado às Vereadoras do Partido Socialista o Plano de Atividades Municipais e o Plano Plurianual de Investimentos atualizados. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes referiu que analisou a documentação que lhe foi enviada e denotou a necessidade de reforçar a rubrica das despesas com o pessoal. Isso por causa da compensação dos retroativos relativos ao posicionamento remuneratório de 2021. O facto é que não se considerou a totalidade dos retroativos, referentes a 2021 e 2022. Então uma vez que só se estava a regularizar 2021, o Senhor Vereador queria perceber qual era o motivo para regularizar só um ano e depois se havia algum planeamento para regularizar o ano em falta. -----

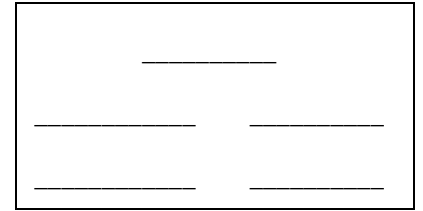
O Senhor Presidente respondeu que o executivo decidiu, porque a folga financeira não é muita, pagar com o salário de agosto os retroativos relativos a 2021 e em setembro os retroativos relativos a 2022. Foi uma questão de gestão financeira. Como não estavam muito à vontade, as pessoas receberam uma parte em agosto, outra parte no mês de setembro. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes respondeu com outra observação: Verificou também na mesma alteração um reforço, que compreendeu, de 67 000,00 € (sessenta e sete mil euros) para a Feira d' Aires, não sabia a linha política do Senhor Presidente, mas no entendimento do VIVA, as pessoas, os trabalhadores e as condições de trabalho estavam em primeiro lugar. Tinham vindo a alertar em reuniões de câmara e da assembleia municipal para a necessidade de contas certas, de rigor e de atenção nas contas. O executivo andava a rapar os tachos todos para fazer caber as despesas, isso demonstrou que não houve preocupação com os trabalhadores, porque primeiro estiveram as festas e depois as pessoas. Portanto não podia compreender e ia votar contra a alteração orçamental. -----

O Senhor Presidente respondeu que até percebia a observação do Senhor Vereador Luís Mendes e percebia porque o Senhor Vereador não estava dentro dos assuntos, e não tendo conhecimento acabou por dizer algumas coisas menos certas. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes respondeu que os Vereadores da Câmara têm o conhecimento que a Câmara lhes dá sobre os assuntos. -----

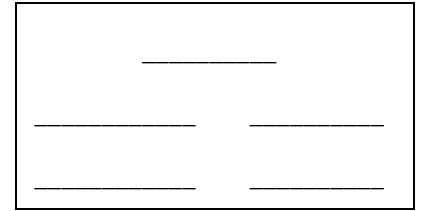
O Senhor Presidente concordou. Referiu ainda que se trata da administração pública. A Senhora Vereadora Sara Grou mostrou ter uma experiência superior à do Senhor Vereador quando falou anteriormente na questão das contratações. O que estava em causa, eram as contratações tanto das tendas como dos



espetáculos. O que acontecia, era que para fazer qualquer concurso, que demorava meses a fazer, precisavam de ter o dinheiro cabimentado, se não tivessem esse dinheiro para o espetáculo, para a tenda, não podiam fazer o concurso e quando o fizessem em setembro não teriam dinheiro na rubrica, nem o poderiam abrir. Esta gestão financeira teve de ser feita. Até porque, a preocupação do executivo, ao contrário do que o Senhor Vereador disse, com os trabalhadores tem sido grande. Tanto que o executivo tem vindo a resolver problemas que se arrastavam há anos. Vários biénios de SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública) estavam em atraso e os trabalhadores iam receber. Portanto tem sido uma preocupação do executivo, tal como outras preocupações com os trabalhadores, nomeadamente no que se refere à atualização de carreiras. Essa tem sido a preocupação do executivo. Como o dinheiro não era muito, como já tinha sido referido, tinham que ir gerindo da melhor forma possível, a rapar os tachos, a pôr de um lado, a pôr do outro. Os trabalhadores estavam à espera dos retroativos há seis anos, não era um mês que ia fazer a diferença. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes contrarrespondeu dizendo que em primeiro lugar reforçava que os Vereadores têm o conhecimento dos assuntos, que a câmara lhes dá. Se a câmara não lhes dá melhores elementos porque não sabe ou não pode a culpa não é dos Vereadores. A decisão de voto que tomaram, foi com a informação que tinham. Na opinião do VIVA, a apreciação que fizeram foi que o Senhor Presidente gere mal os fundos do Município. Acrescentou que estavam a falar de duas rubricas. No PAM (Plano de Atividades Municipais) estavam duas rubricas que à data de então tinham um total de 72 845,00 € (setenta e dois mil oitocentos e quarenta e cinco euros) mais 55 000,00 € (cinquenta e cinco mil euros) e estavam a ser reforçadas. Portanto tratava-se de fatias do orçamento generosas, se já soubessem quanto é que o município gastou no ano anterior com o mesmo evento, podiam estar a fazer uma avaliação. Mas não sabiam quanto custou o evento, no ano anterior. Daí solicitarem várias vezes o envio, a partilha da informação de quanto é que custaram os eventos no ano anterior. Os eventos que já se realizaram este ano quanto é que custaram? O Senhor Vereador percebia que estava tudo mais caro, mas o Senhor Presidente não o podia acusar de não saber por não gerir, porque o Senhor Presidente apesar de gerir, também não sabia. Por já terem o valor aprovado no orçamento, iam, no momento, abrir concurso a 2 meses do evento. Naturalmente, como já tinham discutido, podia haver mais oferta, mas o cartaz parecia já estar fechado. Estavam a falar de espaços físicos, depois de aprovada a alteração é que se ia começar a perceber de quanto estavam a falar, para gastar no espaço físico desta atividade. A apreciação política que fizeram é que a gestão já estava a ficar em perigo, portanto não se reviam nas alterações e iam votar contra. -----

O Senhor Presidente respondeu que não tinha a certeza do que ia dizer, mas achava que o Senhor Vereador estava enganado quando dizia que não sabia os valores do ano anterior. Porque o executivo foi dando contas dos eventos à medida que os foram fazendo, e que eles iam terminando. Foram-lhes pedidos e



foram dando sempre os valores dos eventos que se realizaram. O Senhor Presidente referiu que podia estar enganado, mas tinha quase a certeza que tinha dado contas das despesas efetuadas com todos os eventos realizados. No fim dos eventos, mais mês, menos mês, deram contas desses eventos. O Senhor Presidente referiu ainda que os bons gestores se vêm quando o dinheiro é pouco. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou questionou ainda o Senhor Presidente, sobre 91 000,00 € (noventa e um mil euros) que transitaram para o próximo ano. Queria saber se foi algum compromisso que foi adiado para o próximo ano. Se fosse mais um encargo para o próximo ano era complicado, porque se estava a adiar mais uma despesa para o próximo ano. -----

O Senhor Presidente disse que ia verificar. -----

A 23.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Joaquim Bento, as abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e o voto contra do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e seis) - Proposta de aprovação da 18.ª Alteração Permutativa ao Plano de Atividades

Municipais – A 18.ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Joaquim Bento, as abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e o voto contra do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e sete) - Proposta de aprovação da 12.ª Alteração Permutativa ao Plano Plurianual de

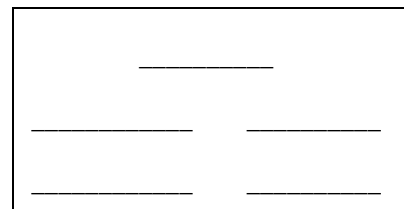
Investimentos - A 12.ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Joaquim Bento, as abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e o voto contra do Senhor Vereador Luís Mendes. -----

Ponto vinte e oito - Proposta de autorização de consolidação da situação de mobilidade interna na

categoria de uma Assistente Operacional - Em nome da força política do PS, a Senhora Vereadora Sara Grou desejou à Assistente Operacional Rosete Maria Fialho Sacristão que fosse feliz no Município de Évora e desejou-lhe a maior sorte do mundo, se era lá que queria ficar; desejou-lhe as maiores felicidades para o seu desempenho. A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a autorização da consolidação da situação de mobilidade interna na categoria da Assistente Operacional Rosete Maria Fialho Sacristão no Município de Évora. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezanove horas tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, _____, a Técnica Superior, a subscrevi.



O Presidente,

Os Vereadores,